

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 'JÚLIO DE MESQUITA FILHO'

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

Campus de Bauru

LUCAS EDUARDO TOZZI MENDES

**CIDADE QUEBRADA: TERRA DIVIDIDA, ESPAÇO COMUM**

BAURU

2017

**LUCAS EDUARDO TOZZI MENDES**

**CIDADE QUEBRADA: TERRA DIVIDIDA, ESPAÇO COMUM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

BAURU

2017

LUCAS EDUARDO TOZZI MENDES

**CIDADE QUEBRADA: TERRA DIVIDIDA, ESPAÇO COMUM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier. (orientador)  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

Prof. Dr. Angelo Sottovia Aranha  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

Roque José Ferreira  
Dirigente nacional Esquerda Marxista, presidente PSOL Bauru e ferroviário

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela vida. À minha mãe, Cristina Tozzi e ao meu pai, Eduardo Mendes, pela excepcional criação e formação, base para o ser humano que sou hoje, e por me garantirem o acesso ao privilégio de estar dentro de uma universidade pública no Brasil.

Ao meu irmão Daniel, pela disposição de sempre em trocar uma ideia e pela ajuda em elucidar alguns conceitos neste livro.

A todas as pessoas que se dispuseram a conversar comigo sobre as ideias do livro, ajudando a modelar e “madurar” a proposta, e ao Juarez pelas indicações imprescindíveis. A todos que dedicaram um tempo de suas vidas para as entrevistas que estão nas reportagens, em especial às professoras Fernanda Corghi e Maria Helena Rigitano e ao professor José Xaides mas, principalmente, àqueles que estão na luta pela terra e por moradia digna: Denis, Gislaine, Aline, Dona Josefa e Cristian.

Agradeço à companhia do pessoal de república, com quem dividi espaço, briguei e vivi nos últimos quatro anos e de onde sempre veio um auxílio ou uma sugestão.

Sou muito grato à cidade de Bauru e tudo que as pessoas daqui proporcionaram na minha vida. Agradeço à Casa do Hip Hop de Bauru pela vivência, aprendizado, crescimento e consciência, sempre na luta por cultura e educação, das ruas para o mundo.

À Secretaria de Cultura de Bauru e todos seus servidores, com os quais trabalhei por 2 anos como estagiário, e onde pude vislumbrar muito além do que eu pretensamente acreditava ser a cultura em Bauru. Sou grato a esse aprendizado, apesar das dificuldades que o setor público enfrenta atualmente.

Um salve especial à Biblioteca Móvel Quinto Elemento, e toda atuação marginal e de resistência, ocupando a cidade com poesia e literatura e que, junto com o pessoal da Esquerda Marxista, fazem do calçadão de Bauru na esquina com a 13 de Maio, a “Esquina da Resistência” - ponto de debate, encontro, articulação, movimentação e fomento às relações humanas, numa materialização da esfera pública em Bauru.

*“Quem sou eu? Às vezes, me comparo com as cobras,  
não por venenoso, mas porque eu e elas mudamos  
de pele de vez em quando. Usei muitas peles nessa  
minha vida.”*

Darcy Ribeiro

## RESUMO

O trabalho proposto é a elaboração de um livro-reportagem que trata da cidade de Bauru não apenas como lugar geográfico e pano de fundo para os acontecimentos, mas enquanto espaço social, onde acontecem as realizações humanas materiais e simbólicas e onde se reproduzem as relações de poder da sociedade. Para especificar a proposta foram escolhidos três temas para serem destrinchados no livro: desigualdade social e de renda; urbanização/direito à moradia e a resistência organizada por grupos ou pessoas na cidade. Existem duas hipóteses para a reportagem, baseadas nos estudos que motivaram sua execução: a cidade de Bauru aplica e reitera nas mesmas proporções a lógica de reprodução da desigualdade social existente a nível nacional, como apontado em estudo de Jessé Souza (IPEA) e a Política Habitacional aplicada no município segue o modelo antidemocrático da especulação imobiliária e financeirização da moradia.

O livro-reportagem se insere num contexto de profundas desigualdades em Bauru, cidade na qual encontra-se o 21º maior PIB do Estado de São Paulo ao mesmo tempo em que mais de 100 mil pessoas, quase um terço da população, encontram-se em situação de baixa renda. A questão da moradia recebe os impactos da acelerada urbanização brasileira, e os problemas decorrentes da especulação imobiliária, como gentrificação, vazios urbanos e periferização se fazem presentes em Bauru. Em resposta à esse cenário, militantes, grupos e organizações se articulam na cidade como forma de resistir, ocupar e reivindicar seus direitos. A reportagem buscou pôr em prática as técnicas jornalísticas de documentação, estilo, estrutura narrativa, sistema de codificação, diagramação e edição. De fundo, questionar e afirmar o papel do Comunicador na sociedade, enquanto categoria portadora de uma função social e de importância relevante e crucial para a denúncia e crítica social, para a formação de consciência política e a construção da esfera pública.

**Palavras-chave:** Livro-reportagem; desigualdade social, urbanização, movimentos sociais.

## ABSTRACT

This work is the elaboration of a reporting-book that treats the city of Bauru not just as a geographic place and background for events, but as a social space, where material and symbolic human achievements take place with relations of Power in society. In order to specify the proposal, three themes were chosen to be analyzed: social and income inequality; Urbanization / right to housing and resistance organized by groups or people in the city. There are two hypotheses for reporting-book: the city of Bauru applies and reiterates in the same proportions the reproduction logic of Brazilian social inequality, as pointed out in a study by Jesse Souza (IPEA) and Housing Policy applied in the city follows the undemocratic model of real estate speculation and housing financialization.

The reporting-book is inserted in a context of deep inequalities in Bauru, the 21st largest economy on State of São Paulo, while more than 100.000 people, almost  $\frac{1}{3}$  of population, are in Low-income situation. The issue of housing is impacted for accelerated Brazilian urbanization, and the problems arising from real estate speculation, such as gentrification, urban voids and peripheralization are present in Bauru. In response to this scenario, militants, groups and organizations articulate in city as a way to resist, occupy and claim their rights. The reporting used journalistic techniques of documentation, style, narrative structure, coding system, layout and editing. In gist, to question and affirm the role of the Communicator in society, as a category that carries a social function and of relevant and crucial importance for denunciation and social criticism, for the formation of political consciousness and the construction of the public sphere.

**Keywords:** Reporting-book; Social inequality; Urbanization; social movements.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	8
1.1 Produto do seu tempo	9
1.2 Realidade e representação	11
1.2.1 Espaço público, privatização e credibilidade	13
1.3 Contextualização do tema	13
1.3.1 Acumulação de capital e desigualdade	14
1.3.2 Cidade espaço social	16
1.3.3 Financeirização das cidades	17
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	18
2.1 Por quê o tema?	19
2.2 Por que o livro-reportagem é bom para o tema?	21
2.3 Projeto gráfico	23
<b>3. OBJETIVOS</b>	25
<b>4. GÊNERO E FORMATO</b>	25
4.1 Jornalismo e forma de conhecimento	25
4.2 Reportagem em profundidade	28
4.3 O livro-reportagem	31
4.4 Quadro de Referência das técnicas jornalísticas empregadas	33
<b>5. PLANEJAMENTO DO PRODUTO JORNALÍSTICO</b>	33
5.1 Metodologia de Execução	34
5.1.1 Descrição das atividades empregadas - histórico	36
5.1.2 Descrição do produto final	38
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	41
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	43
<b>8. APÊNDICES E ANEXOS</b>	47
8.1 Pauta	47
8.2 Capa	55



## 1. INTRODUÇÃO

Na vida cotidiana, nas conversas corriqueiras sobre política, esporte ou qualquer outro assunto corrente na sociedade, uma premissa de fundo é adotada - e ela está tão enraizada quanto turva ao nosso entendimento: as notícias se dão como verdade.

Um tema manifestamente complexo, com profundas raízes filosóficas, que gera consequências diretas tanto na forma de entender o jornalismo como no modo de refletir e agir perante o processo de formação de sentidos e significações - processos elaborados diariamente pela grande mídia (aqui entendida como os veículos da imprensa e os meios de comunicação de massa que se dão como empresas jornalísticas - jornal, revista, rádio, TV e internet).

De início, é necessário perceber o jornalismo como uma área com íntima relação com a sociedade. Conexão necessária para o desenvolvimento da pessoa enquanto sujeito humano e ser social.

Para Bill Kovach e Tom Rosenstiel, em seu “Elementos do Jornalismo”,

As pessoas precisam de informação por causa de um instinto básico do ser humano, que chamamos de Instinto de Percepção. Elas precisam saber o que acontece do outro lado do país e do mundo, precisam estar a par de fatos que vão além de sua própria experiência (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003 p. 36)

Entretanto, a colocação do jornalismo na sociedade vai muito além de atender a um “instinto básico humano”. Nas modernas democracias, no trato e nos embates políticos diários, a mídia exerce um papel importante e o jornalista é investido de sua “função social”. “Para considerar-se plenamente cidadão, o homem contemporâneo precisa dispor de fontes informativas que lhe permitam conhecer o que se passa e, em seguida, formar juízos sobre os acontecimentos” (BENEYTO apud ERBOLATO, 2002, p. 19).

Essa espécie de compromisso cidadão do jornalismo é a matéria-prima básica para que as pessoas possam se afirmarem como cidadãos em uma sociedade complexa e contraditória. Como afirmam Kovach e Rosenstiel:

A primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos. Assim, o profissional de imprensa não é como os empregados de outras empresas. Ele tem uma obrigação social que na verdade pode ir além dos interesses imediatos de seus patrões, e ainda assim essa obrigação é a razão do sucesso financeiro desses mesmos patrões (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.83)

É necessário entender, porém, que alguns obstáculos se colocam diante desse compromisso da atividade jornalística – o de contribuir com a construção da cidadania. “A atividade somente pode ser entendida e analisada como categoria política, como instrumento de propagação ideológica de grupos, setores e classes sociais”. (SOUZA, apud ABRAMO, 2009, p.17).

### **1.1 Produto do seu tempo**

Enquanto jornalistas ou pesquisadores da área, não devemos, obviamente, dar espaço ao senso comum e às definições clássicas e vigentes do jornalismo. É necessário aprofundar a análise, ir além das meras aparências, enquadrar o jornalismo dentro do modo de produção capitalista e de seu modo de operar:

De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos "aparelhos ideológicos de Estado", como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como "crítica responsável" baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma "função social" voltada para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas". Na linguagem mais direta do mestre (Dürkheim), uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais", portanto, para a coesão e a reprodução do estado "normal" da sociedade, ou seja, o capitalismo.” (GENRO FILHO, 1987, p.24)

O jornalismo é um produto da modernidade, fato que fez das revoluções burguesas do século XIX importantes condicionadores ideológicos, marcando profundamente a atividade. É um herdeiro direto do “século das revoluções”, e carrega até hoje os ideais liberais, burgueses e racionalistas que marcam a passagem do século XVIII para o XIX.

Filho da modernidade, o espírito empreendedor burguês está presente no desenvolvimento da profissão jornalística. E com o desenvolvimento da

infraestrutura capitalista, o mundo se interligava e a demanda por informação aumentava.

Isso traz duas conseqüências básicas: a procura de mais informações e, pelo fato de que tais informações não podem ser obtidas diretamente pelos indivíduos, surge a possibilidade de uma indústria da informação. Que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se precisamente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de "cultura de massa" ou "indústria cultural". (GENRO FILHO, 1987, p. 22)

É preciso entender o jornalismo como uma prática dentro da lógica de produção capitalista, mas não apenas na sua dimensão econômica. Os discursos estão aí para legitimar toda uma concepção de sociedade e todo um esforço em manter a ordem vigente e seu poder. E nessa legitimação a grande mídia age de forma ativa sobre as mentes das pessoas.

É evidente que os órgãos de comunicação, e a Indústria Cultural de que fazem parte, estão submetidos à lógica econômica do capitalismo. Mas o capitalismo opera também com outra lógica - a lógica política, a lógica do poder - e, é aí, provavelmente, que vamos encontrar a explicação da manipulação jornalística (ABRAMO, 2009, p.43)

É esse o ponto cabal da presença e atuação das organizações de mídia na sociedade moderna. "Pois é aí, naquele que *mantém* o discurso e mais profundamente *detém* a palavra, que a linguagem inteira se reúne" (FOUCAULT, 2007, p.421). Quem mantém o discurso, detém a palavra, ou seja, tem a legitimidade de expressar o que quiser. E é nessa atividade que vai além da mera transmissão de fatos, que o "espelho do real" carrega consigo o poder. Como discernir e avaliar essa prática dentro da sociedade? Como podemos ter instrumental para pesar e julgar a enxurrada de informação pela qual somos varridos?

Se não dispomos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que efetivamente vemos o mundo quando vemos a TV. Entretanto, como o que vemos são as imagens escolhidas, selecionadas, editadas, comentadas e interpretadas pelo transmissor de notícias, então é preciso reconhecer que a TV é o mundo. É este o significado

profundo e preciso de *atopia e acronia*, ou da ausência de referenciais concretos de lugar e tempo - ou seja, das condições materiais, econômicas, sociais, políticas, históricas dos acontecimentos. Em outras palavras, essa ausência não é uma falha ou um defeito dos noticiários e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural". (CHAUI, 2006, p.50)

O cenário dado é preocupante, principalmente em se tratando da precarização e degradação pela qual passa a profissão no contexto de consolidação do neoliberalismo em escala mundial e do aparecimento das novas tecnologias digitais. "Neoliberalismo, novas tecnologias, globalização: todos compõem o mesmo quadro, cuja contrapartida é a desmontagem dos projetos políticos, dos programas sociais, das intenções de melhora *conjunta* do sistema" (MARCONDES FILHO, 2002, p.146).

Também é necessário compreender o jornalismo, e a comunicação no geral, como parte do processo maior da Cultura de Massas, dentro da Indústria Cultural. Esse é o contexto em que se dão as interações entre a mídia e a sociedade.

a sociedade contemporânea está intrinsecamente ligada à comunicação coletiva. Por mais que se estabeleça seu *desserviço*, sua *corrupção*, ou *direcionismo* capitalista ou ideológico (conforme os sistemas em que estiver inserida), um fato é indiscutível - seu papel na interação social. Ou seja, a par da marginalidade de segmentos da população que não se servem dos meios de comunicação, há outros tantos segmentos emergentes que já estão usando e interagindo na cultura de massa. A bem dos primeiros, não se pode negar a dinâmica dos segundos. (...) O acesso à informação - elo fundamental da interação social - comanda a própria tecnologia multiplicativa e não sua eliminação (MEDINA, 1982, p. 98)

A tecnologia superpopularizou a definição de jornalismo, gerando a situação de que qualquer coisa hoje é tida como jornalismo (KOVACH; ROSENSTIL, 2003). Mas a sua finalidade e seus princípios advêm de algo "mais elementar" - a função exercida pelas notícias na vida das pessoas, que se configura como instrumento para "fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar". (KOVACH; ROSENSTIL, 2003, p.30).

## 1.2 Realidade e representação

Essa cautela é que precisamos dispor quando nos referimos e pensamos o jornalismo para além de suas aplicações técnicas. É preciso também analisar crítica

e detalhadamente os novos paradigmas referentes à área, com o aparecimento da internet, pois eles podem não só contribuir para a degradação da prática jornalística, como também afetar o que se entende como jornalismo, influenciando o próprio método jornalístico nessa mudança.

Uma grande transformação está ocorrendo no ambiente informativo. A internet tornou a informação abundante e livre. Todos passaram a ter a possibilidade de editar, publicar e ter voz. As redes sociais se transformaram em mega plataformas de distribuição. Muito mais informação está disponível e acessível, e isso é inegavelmente bom. Mas ao jogar o valor de comercialização da informação para próximo de zero, a revolução digital colocou em xeque os principais produtores de informação original –leiam-se as redações chamadas “tradicionais”, que passaram a ter dificuldades de se sustentar. E isso tem afetado não apenas as empresas, mas o jornalismo como atividade. (GANDOUR, 2016, p. 6)

A cada dia afirma-se como necessária uma compreensão profunda dos mecanismos da mídia e das possibilidades de representação, distorção, enviesamento. A internet não apenas disseminou conhecimentos e tirou da grande mídia o “monopólio” exclusivo de interpretação da realidade. Na contramão, ela possibilitou uma acelerada profusão de desinformação e superficialidade.

A própria manipulação tornou-se uma linguagem na rede. As técnicas descritas por Perseu são a própria ferramenta de produção de *memes*, criação de perfis falsos em redes sociais para divulgação de textos apócrifos, surgimento e desaparecimento relâmpagos de publicações online. A rapidez, a fragmentação, a falta de contexto, a colocação em primeiro plano de informações secundárias são truques de prestidigitação de uso constante, que criam os campos imaginários daquilo que alguns teóricos chamam de guerras culturais. A compreensão de como essa linguagem se estrutura por tais procedimentos serve de guia de leitura crítica e imprescindível para entender em que espaço se dá a junção da imprensa e do poder no mundo contemporâneo. (CORNILS, apud, ABRAMO, p. 8).

Nesse momento é preciso dar um passo atrás na compreensão do jornalismo e sua relação com a sociedade. Questões anteriores devem ser problematizadas e questionadas, a fim entender a práxis jornalística e as suas relações com o real:

É claro que não se trata do simples "relato" e "descrição" de um fato, dentro de supostos "limites permitidos pela natureza humana", separado da análise e do comentário. Trata-se, sim, de uma nova modalidade de apreensão do real, condicionada pelo advento do capitalismo, mas, sobretudo, pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e

analisados subjetivamente (normalmente de maneira espontânea e automática) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico. (GENRO FILHO, 1987, p.31)

Ou seja, a partir do contato com a realidade é que passamos a construir sentidos. “Quem contempla o entorno coloca-se no centro de uma esfera virtual que é seu campo de percepção: a partir dos estímulos externos, fabrica uma representação que corresponde de alguma forma à realidade”. (LAGE, 2005, p.106)

### **1.2.1 Espaço público, privatização e credibilidade**

Também é aí que se dá a vida social e política. A esfera pública e suas relações de poder. A noção de espaço público de Habermas refere-se ao local onde se formam opiniões, decisões políticas e o próprio poder. É um espaço de uso público da razão, que antes era identificado mesmo com um espaço físico, na vida social, bem no estilo do fórum romano ou da ágora grega. Porém, com a explosão da imprensa, esse debate foi transferido para os jornais e revistas, fazendo dela a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno, agora mais imaterial e simbólico. (SOUSA, 2008, p. 90).

Segundo Marilena Chauí (2006), a base de apoio da credibilidade e da confiabilidade do jornalista é o apelo à intimidade, o culto à personalidade e à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Assim, os códigos da vida pública passam a ser determinados pelos códigos da vida privada - dissolve-se a diferença entre *espaço público* e *espaço privado*.

As relações subjetivas (interpessoais) buscam o papel de “ocultar ou de dissimular as relações sociais enquanto sociais e as relações políticas enquanto políticas” (CHAUÍ, 2006, p. 9). Elas passam a ser condicionadas pela aparência do privado - sujeitas a referenciais subjetivos (sentimentos, preferências, emoções).

Essa *privatização* do social e do político, necessariamente, leva à destruição da Opinião Pública (uso público da razão e do direito à liberdade de pensamento e expressão) - elemento crucial das democracias. Sem esse elemento, a sociedade se reduz apenas à emissão de juízos de valor, impressões subjetivas e “achismos” acerca da vida.

### **1.3 Contextualização do tema**

O tema escolhido para o livro-reportagem gira em torno das desigualdades existentes em Bauru, sejam elas relativas à renda, posição social, direito à moradia ou mesmo direito à cidade.

De acordo com Stuart Hall (2000) existem três concepções de identidade para a modernidade: a do sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Como já foi pontuado, o jornalismo é um produto da modernidade e opera segundo seus códigos. Mas isso não significa que as pessoas reajam a ele da mesma maneira ao longo das eras. Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XX entra em cena um novo tipo de sujeito e de identidade, vindos de uma espécie de ruptura com a sociedade vigente. Foi a fragmentação das identidades modernas, que fez com que a noção de sujeito sofresse um “deslocamento” na modernidade tardia (HALL, p. 34) e gerou um descentramento do “sujeito cartesiano”, através das rupturas nos discursos do conhecimento moderno.

Essas rupturas discursivas se deram, principalmente, pelas contribuições de Marx (Economia Política), Freud (Inconsciente), Saussure (Linguística), Foucault (Regimes Disciplinares) e do Feminismo (enquanto crítica teórica e movimento social). Este último tendo influenciado toda uma série de movimentos de reivindicação, como dos direitos civis, anti-armamentistas, movimentos com recortes de raça, sexualidade.

### **1.3.1 Acumulação de capital e desigualdade**

Toda essa complexificação da sociedade vem em conjunto com o desenvolvimento dos mercados e da economia mundial: a globalização, que traz um distanciamento da “ideia sociológica clássica de ‘sociedade’” (HALL, 2000). Com a globalização, comprimem-se as distâncias e as escalas temporais, e impacta-se tanto a noção de sujeito e identidades, como a maneira de representá-los.

O que é importante para nosso argumento quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todo o sistema de representação. Todo meio de representação - escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação - deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Assim, a narrativa traduz os eventos numa sequência temporal “começo-meio-fim”; os sistemas visuais de representação traduzem objetos tridimensionais em duas dimensões. Diferentes épocas

culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo. (HALL, 2000, p.70).

Nessa linha também segue Milton Santos, que atesta que

Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. (SANTOS, 1997, p. 48).

Para fazer esse esforço é preciso entender que a acumulação do capital se deu de maneiras diferentes ao redor do globo, e que o processo de urbanização vivido no Terceiro Mundo não só constitui-se de modo singular mas também nele outras categorias devem ser levadas em conta para sua compreensão.

A urbanização e industrialização dos países da periferia do capitalismo foram partes de um processo caótico, acompanhado de grande crescimento demográfico, grande afluxo de pessoas do 'campo' para a 'cidade' e, por consequência, do inchamento desta última - causando processo de metropolização acelerado. (MONTENEGRO, 2012).

David Harvey aponta para uma mudança estrutural no capitalismo mundial. É uma transformação no padrão de acumulação de capitais, ocorrida no início da década de 1970. Para o autor, houveram muitos sinais e marcas de modificações radicais nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado. Essas mudanças se revelaram a partir da primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973. Como ele analisa, foi necessário compreender as modificações econômicas dentro do contexto de de as regras básicas do modo capitalista de produção continuarem a operar como forças dominantes. (HARVEY, 1989).

O regime nascente seria o da Acumulação Flexível de capitais, e se contraporía ao padrão de acumulação anterior - o fordismo.

Em *Condição Pós-moderna*, portanto, a crise do fordismo foi apresentada, sobretudo como uma crise de "rigidez" - dos investimentos em capital fixo, do planejamento, dos mercados, dos contratos de trabalho, dos compromissos do Estado - a qual se tentou sanar ampliando a margem de manobra do capital e reinventando as



estratégias de obtenção de mais-valia, principalmente relativa. (LAPYDA, 2011, p.107).

Tal é a “ponta de lança” para a gestação do capitalismo global, que carrega dentro de si modificações no padrão das sociabilidades humanas. Aos sujeitos deixa-se a lógica do laissez-faire, aliada ao consenso moral acerca do desmantelamento do Estado de bem-estar social. A partir deste momento, houve um consenso em torno da negação do Estado (RIBEIRO, 2014). A partir disso, deu-se a formação de uma classe social marginal, sem função na sociedade. “Como a sociedade do consumo possui caráter individualista, a classe marginalizada é consequentemente culpabilizada pelo seu próprio fracasso” (BAUMAN, apud, RIBEIRO, p.110).

Nesse ponto aparece a importante contribuição de Jessé Souza, sobre as desigualdades brasileiras acentuadas pelo capitalismo global. Segundo ele, “a desigualdade econômica é legítima no capitalismo por conta da influência cotidiana e sub-política da ideologia do mérito” (SOUZA, 2009).

Como o capital econômico, nas sociedades modernas, continua a ser transmitido por vínculos de sangue, como em qualquer sociedade pré-moderna, é então apenas o “capital cultural”, ou seja, a possibilidade de incorporar conhecimento útil que passa a marcar a fronteira entre o sucesso e o fracasso social para todas as classes sociais e todos os indivíduos em luta pelos recursos escassos, materiais e idéias, desse tipo de sociedade. (SOUZA, 2009, p.99).

### **1.3.2 Cidade espaço social**

É nesse contexto que se configuram os Circuitos Superior e Inferior da Economia Urbana, teoria proposta em diversos trabalhos de Milton Santos, mas que foi aprofundada em seu livro “Espaço Dividido” (1979). Aqui o espaço é encarado como uma instância social, palco das realizações tanto materiais como simbólicas da sociedade.

A teoria refere-se ao modo como as cidades dos países periféricos funcionam a partir desses dois sub-sistemas urbanos: o Superior (formado pelas grandes empresas, bancos e instituições financeiras, estruturas organizacionais sólidas e largo uso de tecnologia) e o Inferior (caracterizado pelas pequenas atividades, pela baixa organização institucional, pela informalidade e, em geral, baixa remuneração).

A existência de ambos evidencia as ligações estruturais entre pobreza e riqueza, e eles variam de acordo com a magnitude de capitais empregados, com o nível de emprego da tecnologia disponível e em relação ao estágio organizacional das atividades produtivas.

### **1.3.3 Financeirização das cidades**

As novas configurações no sistema produtivo impactam vários setores da vida moderna. Um dos mais dramáticos desdobramentos disso é o processo de financeirização das cidades. Raquel Rolnik desenvolveu esse tópico, que se tornou uma tendência global da urbanização e do planejamento das cidades. Trata-se da profunda relação estabelecida entre capital financeiro e planejamento urbano. Segundo a autora, evidencia disso foi a crise econômica de 2008, que “estourou” a partir da crise hipotecária-imobiliária dos Estados Unidos.

Rolnik sustenta que a globalização e as políticas de ajuste econômico, como influenciadoras dos mercados habitacional e imobiliário, fez com que as cidades ficassem “demasiadamente caras” para segmentos de baixa renda.

Na maioria dos países o mercado tornou-se a instituição reguladora, estabelecendo parâmetros para os preços, localização e disponibilidade da moradia e da terra, assim como para os valores dos aluguéis, enquanto o papel do Estado no gerenciamento da habitação de interesse social tem em geral perdido importância. Isto contribuiu para o fortalecimento da percepção da moradia como uma mera mercadoria e ativo financeiro, negligenciando outras dimensões do direito à moradia adequada, com impactos negativos sobre o exercício dos direitos humanos em geral. (ROLNIK, 2009, p. 2).

Como apontado por ela, a própria moradia de interesse social modifica-se, à medida que o papel do Estado vai se alterando. No Brasil, o capítulo mais recente dentro desse tema é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal. Criado em 2009, o Programa previa a construção de um milhão de moradias no prazo de dois anos, além da promessa de geração de emprego, renda e sustentação econômica para um país temeroso da crise (ROMAGNOLI, 2012).

Enfim, somando a crise internacional que passa a influenciar a conjuntura econômica do país à decisão do Governo em combatê-la, privilegiando o setor da construção civil (dentre outros), temos o impulso necessário para a constituição do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Claro que não podemos ignorar sua face social, mas é

exatamente como uma ação anticíclica que o programa é amplamente reconhecido inicialmente. (ROMAGNOLI, 2012, p. 3).

Para Ermínia Maricato, o cerne da agenda da reforma urbana, que é a reforma fundiária e imobiliária, foi esquecido devido à essa institucionalização da moradia de interesse social, apesar dos problemas que suas políticas públicas contêm. “Sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento” (MARICATO, 2013, p. 39). Nesse contexto, a classe média teve reais possibilidades de alcançar a casa própria, muito devido às medidas de financiamento estendido e a institucionalização do seguro incluídos no Minha Casa Minha Vida (MARICATO, 2013).

Entretanto, o aumento da procura impactou os preços dos imóveis: “Em São Paulo o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas” (MARICATO, 2013, p.40). Se o impacto para a classe média foi o aumento do custo imobiliário, para as classes baixas os efeitos foram mais perversos:

A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental, como a Área de Proteção dos Mananciais em São Paulo, acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit. Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras. (MARICATO, 2013, p. 40).

## **2. JUSTIFICATIVA**

A produção de textos jornalísticos em profundidade é cada vez mais necessária, dado o cenário informativo caótico que a internet propiciou:

as redes sociais, especialmente o Facebook, se consolidam como os principais canais de distribuição –e no sentido que

estamos adotando, os principais fragmentadores, ou motores da fragmentação (GANDOUR, 2016, p.11)

Ou seja, apesar da relevância que as redes sociais adquiriram no mundo da informação, os textos que vão dominar e pautar o debate público na internet dependem intimamente do método jornalístico.

Jornais, tevês e revistas da imprensa tradicional não têm mais o poder quase exclusivo de formar opiniões e são menos incontestáveis do que há duas décadas. Mas ainda são, inclusive na internet, responsáveis pelas notícias mais lidas e compartilhadas. (CORNILS, apud, ABRAMO, p. 8).

A proposta aqui apresentada vai no sentido de contribuir com um conteúdo seriamente trabalhado, levando-se em conta, não apenas toda a teoria que sustenta o jornalismo (apresentada na introdução deste trabalho), mas também as técnicas de reportagem e do jornalismo opinativo, explorando seu estilo, estrutura narrativa e sistema de codificação.

Baseado na proposta de jornalismo especializado, ou jornalismo de precisão, o livro reportagem pretende trazer ampla documentação, dados comprobatórios e entrevistas.

## **2.1 Por que o tema?**

O tema surgiu como um desdobramento das ideias de Milton Santos sobre o espaço urbano e as diferenças estruturais que podem ser vistas nas cidades. Por conta disso fiz a opção e sintetizei uma proposta introdutória em torno da desigualdade social, encarada no livro como algo que foi exacerbado pelo desenvolvimento do capitalismo global, pela financeirização da economia e pelo neoliberalismo.

Após essa introdução, me debrucei sobre o cerne do trabalho - a urbanização, ocupação do solo e os direitos à moradia e à cidade. Ao final dessa parte, “puxei o gancho” para a articulação e organização de grupos de resistência e reivindicação de direitos na cidade, explorando também outras temáticas, como protagonismo de identidade (indígena ou cultural/Hip Hop) e a temática da comunicação alternativa.

O tema se mostra muito relevante por vários aspectos. Vou explorar dois deles aqui. Primeiro porque busquei oferecer um vislumbre da realidade social de Bauru. Logicamente que não se trata de um trabalho “definitivo” sobre as temáticas abordadas - nem de longe é isso. Segundo porque o livro-reportagem que produzi pode ser entendido como um esforço introdutório nessas questões, principalmente se encararmos aquilo que considero ser um *déficit* informacional em Bauru. Ficamos reféns daquilo que as mídias da cidade transmitem. Temas como o da desigualdade social e, principalmente, da urbanização/especulação imobiliária, ou não recebem a devida atenção dos meios de comunicação consolidados na cidade ou ganham uma abordagem *enviesada*, muito devido aos interesses políticos e econômicos que suscitam, e que guardam íntima e histórica relação com empresas de comunicação - e nesse último ponto não me refiro apenas à Bauru.

A urgência do tema revela-se simplesmente pela grandiosidade dos números. Como já extensamente demonstrado no livro e neste relatório, a realidade social de Bauru mostra-se muito discrepante. Considerando o Censo do IBGE de 2010, a população da cidade era de 343.937 habitantes. Desse total, segundo dados de outubro de 2016 do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 104.490 pessoas estão inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, a porta de entrada dos benefícios assistenciais. Apesar de ser um valor defasado da população da cidade - estimativa do próprio IBGE para 2016 foi de 369.368 habitantes, a proporção ainda continua relevante: Aproximadamente 28,5% dos habitantes da cidade (considerando a estimativa populacional de 2016) estão em situação de baixa renda e dependem de algum benefício assistencial, seja do município, estado ou da União.

Simultaneamente, a questão urbana também se revela emergencial. O parágrafo 3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade prevê que os Planos Diretores dos municípios sejam revisados, pelo menos, a cada dez anos. O Plano Diretor Participativo de Bauru (PDP) foi aprovado pela Câmara Municipal em 2008, portanto, deverá ser revisto no máximo até o próximo ano, o que faz de 2017 um período de extensas discussões acerca dos dispositivos do PDP.

Prova disso foi a audiência pública realizada na Câmara Municipal no dia 1º de fevereiro de 2017. Convocada pelo Poder Executivo, a audiência buscou apresentar a proposta de alterar o PDP, a fim de regulamentar o uso e a ocupação do solo nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) - atualmente vetados pelo Plano. Na ocasião, a participação expressiva de representantes de entidades, organizações, segmentos e movimentos sociais lotou as dependências da Câmara.

A questão da terra em Bauru mostra-se urgente não só pelo envolvimento da população, mas também pelas demandas de ocupação de terras. Segundo o Jornal da Cidade, em reportagem de 4 de setembro de 2016, 3.222 famílias estão envolvidas na ocupação de glebas e terrenos nas periferias da cidade, organizadas por movimentos que lutam pela posse de terra e pela moradia urbana, como o Força Nacional de Luta e o Movimento Social de Luta.

## **2.2 Por que o livro-reportagem é bom para o tema?**

Edvaldo Pereira Lima propõe uma classificação entre os diferentes tipos e modalidades de livro-reportagem existentes, baseada no objetivo da informação e na natureza do tema que cada obra trata. Partindo-se desses critérios, ele chegou às divisões de livro-reportagem: perfil, depoimento, retrato, ciência, ambiente, história, nova consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio e viagem (LIMA, 2009, p.51).

Para a elaboração deste projeto, optei pelo livro-reportagem-retrato que, segundo o autor, não focaliza uma figura humana, mas uma região geográfica, setor da sociedade, segmento de atividade econômica, com objetivo de *retratar* esse objeto em sua complexidade.

Visa elucidar, sobretudo, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade. É marcado, na maioria das vezes, pelo interesse em prestar um serviço educativo, explicativo. por isso, trabalha a metalinguagem, na troca em miúdos de um campo específico do saber para o grande público não especializado. (LIMA, 2009, p.53).

Ainda segundo LIMA, nessa categoria de reportagem temática, guarda-se certa proximidade com o jornalismo convencional. “Seu propósito é discutir, com

imersão, humanização, pesquisa e bom texto autoral, pelo menos, um tema candente ancorado numa questão específica” (LIMA, 2009, p. 424).

Ao representar os acontecimentos na forma de notícia, ou como nesse caso de uma grande reportagem, o jornalista está numa constante produção de signos (OLIVEIRA; HENN, 2014). Nessa interpretação, o jornalista atua na condição de interpretante da realidade, formando um esquema lógico que contém: objeto/acontecimento – interpretante/ jornalista – signo/notícia.

Outra marca que pode ser explorada pelo livro-reportagem é a *humanização*. “Toda boa narrativa do real só se justifica se nela encontramos protagonistas e personagens humanos tratados com o devido cuidado, com a extensão necessária e com a lucidez equilibrada onde nem os endeusamos nem os vilipendiamos” (LIMA, 2009, p. 359).

Dentro disso, e do momento de incertezas gerado pela internet no meio jornalístico, os veículos já consolidados de comunicação entram numa fase crítica: não apenas pelos métodos de distribuição (plataformas analógicas ou impressas) e pelos meios de receita (publicidade, assinaturas). A crise também se dá na maneira de construir a narrativa jornalística e de representar o mundo.

a avaliação que fica é a de que o momento de crise é fértil para um debate sobre a contribuição que o jornalismo pode dar a um projeto emancipatório de sociedade. Ao produzir conhecimento, dotando os indivíduos de um saber de si – em um tímido flerte com a hermenêutica do sujeito, de Foucault (2006) –, de racionalidade comunicacional, o jornalismo os tornaria capazes de exercer a ação comunicativa com vistas ao bem comum de que fala Habermas (2003). E é preciso fazê-lo tendo como ideal o talento poliédrico, em Lotman (1999), referido por Machado (2003, p. 23) como: “[...] inteligências cuja capacidade criadora não enxerga limites, podendo estabelecer conexões onde muitos só veem compartilhamentos e ver problemas onde o senso comum já fixou verdades. (OLIVEIRA; HENN, 2014, p. 58).

Motivado por esse cenário e por iniciativas jornalísticas como o *Nexo Jornal*, busquei trazer um jornalismo explicativo. Em meio à enxurrada de informação das tecnologias em rede, das redes sociais, a necessidade que se tem é a da informação sólida - checada, embasada e comprovada. Factual, por assim dizer.

Principalmente na chamada “era da pós-verdade”, essa prática se mostra essencial no trabalho jornalístico.

O suporte livro-reportagem alarga essas possibilidades. Além de maior espaço e autonomia editorial, é possível introduzir, explicar e interpretar conceitos complexos, principalmente de economia e política - como é o caso deste projeto.

É um jornalismo explicativo - didático sem ser “didatizante”, que não apenas informa o leitor, mas lhe garante subsídios para compreender a complexidade da realidade e suas contradições. Fornece dados e situações que permitem ao leitor expandir sua visão de mundo e confrontá-la com outras perspectivas.

### **2.3 Projeto gráfico**

Segundo Rafael Souza Silva, a diagramação é um elemento da programação visual, entendida como projeto da configuração gráfica de uma mensagem colocada em determinado campo (página de livro, revista, jornal, cartaz) que serve de modelo para sua produção em série (SILVA, 1985).

O projeto gráfico do livro foi todo desenvolvido por mim. Utilizei o software de diagramação *Adobe Indesign* para sua composição gráfica. O miolo inteiro está em fonte *Minion Pro*. Trata-se de uma fonte serifada, ideal para produtos impressos, pois a serifa ajuda a “guiar” leitura pela página. É uma fonte moderna, utilizada em textos extensos, e tem uma relação econômica de altura e espaçamento.

Utilizei como referência a coleção “Jornalismo literário”, da Companhia das Letras - série de publicações de livros-reportagens. Tanto a fonte utilizada, como a disposição das páginas foram inspiradas nesse trabalho. O texto está em *Minion Pro* tamanho 11 pts - tem dimensão legível e compreensível, além de concentrar o texto em menos páginas. As notas de rodapé estão em tamanho 09 pts, abaixo de um fio que separa do restante do texto. Os títulos de capítulo vêm com 30 pts e os intertítulos dentro das reportagens em 16 pts. Legendas das fotos estão no mesmo tamanho do texto, 11 pts, mas em itálico e negrito.



Como forma de confirmar a proposta didática e explicativa, ao longo do livro estão alguns *boxes*, “caixas” de texto com informações de contextualização que eu chamei de “Pra situar”. A fonte e o tamanho são os mesmos.

O livro está dividido em quatro capítulos: PARTE 1: Desigualdade social e de renda; PARTE 2: Moradia, habitação e urbanização; PARTE 3: Resistência e organização; PARTE 4: Estado versus mercado. Além disso, no início do livro, antes das partes, está o capítulo da Introdução.

Antes de cada capítulo existe uma página com imagens. São fotos que buscam ilustrar o tema a ser abordado no capítulo. As fotos foram tiradas por mim e tratadas no *Adobe Lightroom*.

A capa vem com uma foto de um muro quebrado, em que é possível ver partes do reboco e do cimento, e um tijolo por cima, também quebrado. Ao fundo, desfocado, vê-se parte da copa de uma árvore e uma janela com adornos e moldura em gesso. O título “CIDADE QUEBRADA:” está em caixa-alta, na fonte *Old Newspaper*, tamanho 50. Além de ser uma fonte levemente distorcida, sem que dificulte sua compreensão, sua aparência estilizada, um pouco irregular, dialoga com o tema, principalmente na associação da ideia de “quebrado”. Ao mesmo tempo é uma fonte que remete à imprensa e jornais antigos, o que dialoga com a proposta: um livro-reportagem.

O subtítulo “TERRA DIVIDIDA, ESPAÇO COMUM” vem na fonte *Repetition*. É também uma fonte estilizada que está em caixa-alta. Tem um traço recheado e que parece ser “feito à mão”, o que dá um caráter despojado à capa, e também remete a algo feito por pessoas, o que dialoga com a temática da articulação de movimentos, tomada de consciência e protagonismo, presentes no livro.

A capa, como um todo, acaba servindo como um convite ao leitor, que traz uma foto aparentemente banal - um muro, mas com enfoque diferente, olhando-o de perto. As fontes colaboram com essa motivação, buscando uma aproximação com o leitor “comum”, aquele não especializado, pois tira qualquer caráter sisudo e complexo que a obra poderia ter. Pelo contrário, ela reforça a ideia de que é um livro acessível e compreensível para mais pessoas.

### **3. OBJETIVOS**

A proposta é elaborar um produto jornalístico que trate da temática social na cidade de Bauru, especificamente com relação à desigualdade social, urbanização e resistência, com profundidade e humanização, e que traga um contraponto àquilo que tradicionalmente é apresentado pela mídia da cidade.

Para atender à esses requisitos foi pensado o formato de livro-reportagem, que possui suas características, e que objetivam, através de suas potencialidades, reportar realidades tradicionalmente não representadas pela mídia empresarial e tratar da sociedade e das dinâmicas dos grupos sócio-acêntricos.

De fundo, também foi um objetivo fazer o questionamento sobre o papel do comunicador na sociedade, compreendendo e aplicando o método jornalístico na produção do livro e contribuindo para o debate público na cidade de Bauru, nos temas propostos, podendo servir de subsídio para movimentos sociais, ativistas e interessados.

### **4. GÊNERO E FORMATO**

#### **4.1 Jornalismo e forma de conhecimento**

Uma pergunta fundamental que devemos fazer com relação ao jornalismo e o tipo de informação que ele trabalha é justamente se podemos considerá-lo uma forma de conhecimento. Para Eduardo Meditsch, no entanto, a questão é outra. O jornalismo é transmissão de conhecimentos ou degradação do saber?

Segundo ele, trata-se de um engano em que muitos jornalistas acabam caindo. Meditsch defende que seja, sim, uma forma de se produzir conhecimento. “No entanto, na prática, esta forma de conhecimento tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente” (MEDITSCH, 1997, p.2).

Esse parece ser um grande divisor no pensamento que se faz sobre o jornalismo. Qualquer aprofundamento ou legitimação que se tente fazer sobre a área acaba passando por essa questão, principalmente se estamos falando de um

jornalismo especializado, aquele feito em profundidade. Além disso, afirmar que o jornalismo é uma forma de produção de conhecimentos acaba se aliando a um dos mais antigos, e ainda nebulosos, valores da profissão: “a busca pela verdade”.

Essa busca ideal encontra abrigo nas abordagens que pregam a necessidade do jornalismo adotar o método científico em sua técnica. Essa posição é entendida principalmente dentro do jornalismo especializado, pela necessidade de se operar com grandes quantidades de informação e dados. Segundo Philip Meyer, esse conceito de jornalismo (especializado), ao adotar métodos de pesquisa das ciências sociais, encontrou, além de um mercado pronto, uma “rápida aceitação da academia”:

Isso demonstrou como os métodos de pesquisa das ciências sociais se aplicavam aos problemas reais de apurar notícias em uma sociedade cada vez mais complexa. Daí produziu trabalhos que tanto os pesquisadores quanto os práticos poderiam apreciar. As ferramentas de amostragem, análise informatizada e inferência estatística aumentaram o poder tradicional do repórter sem mudar a natureza de sua missão - encontrar os fatos, entendê-los e explicá-los sem perder tempo. (MEYER, 2002, p. 2)

Seria um recurso prático, que garantiria ao jornalismo maior precisão, maior rigor na busca e no tratamento das informações. De certa forma, pode-se entender a aproximação de jornalismo e ciência como uma forma de garantir maior legitimidade ao seu discurso, legitimidade emprestada da ciência. Também entram em cena as possibilidades do mundo digital.

Longe de apenas criticar a revolução da computação e da internet, devemos também nos apropriar delas, criando nossas funcionalidades e sentidos. Por isso, outro aliado importante para o jornalismo especializado é o computador, a partir da técnica de RAC – reportagem assistida por computador. Com ela, pode-se trabalhar com vastas quantidades de dados, além de se ter disponível uma enorme quantidade de informação que, se bem utilizada, oferece grande utilidade. As atuais agências de “fact checking”, por exemplo, são prova dessas possibilidades.

Por ser um método, a aplicação científica se encontra também com a adoção da objetividade. Como afirma Perseu Abramo, diferentemente das qualidades de neutralidade, isenção e imparcialidade, que são categorias do comportamento moral

por se situarem no campo da ação, a objetividade está no campo do conhecimento, ou seja, é uma categoria gnoseológica e epistemológica, configurando o processo de conhecimento humano, a chamada “cognoscibilidade”. “A objetividade, portanto, necessita de conhecimento, vontade, controle e método”. (ABRAMO, 2009, p. 8).

A isenção não existe quando nos deparamos com uma realidade complexa e contraditória. Nos antagonismos da sociedade sempre toma-se posição, afinal o fato de não posicionar-se já significa ter tomado uma posição. Em contrapartida, a objetividade situa-se na relação do sujeito observante com o objeto observável. Ela não é algo “inerente” a nenhum desses dois atores do processo. Ela é um diálogo, característica da apreensão da realidade e do processo de conhecimento.

Como argumenta Meditsch:

O conhecimento é repartido socialmente, devido ao simples fato do indivíduo não conhecer tudo o que é conhecido por seus semelhantes, e vice-versa, processo que culmina em sistemas de perícia extraordinariamente complexos. A distribuição social de conhecimentos, desta forma, não se dá apenas em termos quantitativos (uns conhecem mais do que outros), mas também qualitativos (conhecem coisas diferentes). Cada campo de conhecimento é compartilhado por um auditório específico. A questão dos auditórios, assim como a dos campos lógicos, estabelece diferenças entre o modo de conhecimento das ciências e do Jornalismo. (MEDITSCH, 1997, p. 7).

O caso do jornalismo, entretanto, difere da ciência em sua metodologia de trabalho. A ciência parte de um sistema teórico que é colocado à prova a partir de um recorte abstrato da realidade. Nesse corte isolam-se as variáveis envolvidas no processo e através de experimentação controlada, se chega às formulações de hipóteses. O ponto de chegada (hipóteses), portanto, só existe pois é baseado em dados empíricos.

Já o jornalismo não pode partir de uma hipótese ou de sistemas teóricos,

mas da observação não controlada (do ponto de vista da metodologia científica) da realidade por parte de quem o produz. Também se diferencia das ciências pelo tipo de corte abstrato que propõe. O isolamento de variáveis é substituído pelo ideal de apreender o fato de todos os pontos de vista relevantes, ou seja, em sua especificidade. (MEDITSCH, 1997, p.8).

Ou seja, o jornalismo opera com as aparências dos fenômenos, pois está interessado nos fatos. Já a ciência busca o geral, porque se pretende investigar as essências, sejam elas leis ou teoremas, pelos quais os fatos são regidos. (LAGE, 2005, p.83).

Em síntese, o Jornalismo, como ciência, pretende que a verdade objetiva exista e que é possível discorrer sobre ela; no entanto, não investiga essências e assume com frequência versões impostas pela ideologia, procurando preservar a inteireza dos fatos. (LAGE, 2005, p.83).

A abordagem de Adelmo Genro Filho vai tratar do jornalismo como uma forma de conhecimento a partir das categorias hegelianas do singular, distinta da ciência (universal) e da arte (particular):

sob a inspiração de Lukács, que definiu a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no 'particular' (típico), o jornalismo é caracterizado como uma forma de conhecimento centrada no 'singular'. Uma forma de conhecimento que surge, objetivamente, com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura. Assim, a proposta de um 'jornalismo informativo', ideologicamente antiburguês, transforma-se numa possibilidade política efetiva (GENRO FILHO, 1987, p.14)

#### **4.2 Reportagem em profundidade**

Antes de mais nada, uma grande reportagem exige encontrar “um bom tema, ter um bom enfoque. Depois é preciso ter abordagens humanas sobre questões sociais. Os textos precisam ser profundos e analíticos, envolvendo o leitor com o acontecimento” (SANTOS; OLIVEIRA, 2004, p. 4).

O gênero da reportagem tem uma natureza investigativa, o que força uma dedicação maior em captar informações, dados e fatos, em analisar a realidade profundamente e em transcrever isso de modo a tornar o texto envolvente (SANTOS; OLIVEIRA, 2004, p. 9). Portanto é preciso uma estrutura textual mais complexa e uma linguagem mais bem elaborada.

Com objetivo de fornecer uma abordagem multiangular, a fim de uma compreensão da realidade que vá além do enfoque linear e que consiga tecer relações sistêmicas entre causas e consequências dos fatos está posta a reportagem interpretativa. Na visão de Edvaldo Pereira Lima, o percurso da

interpretação jornalística passa pelos seguintes passos: *contextualização* - para se ter uma visão de todas as forças que atuam naquele fenômeno; *antecedentes* - que resgata na tempo as origens do problema; *suporte especializado* - sustentação da informação que pode vir de especialistas, testemunhas no assunto, pessoas que vivam a situação; *projeção* - a fim de inferir os desdobramentos do caso e suas possíveis consequências e o *perfil* - a parte da humanização da reportagem, trazendo o alcance concreto e humano, portanto melhor apreensível, da realidade (LIMA, 2009, p. 20).

Segundo Nilson Lage, os textos modernos seguem padrões de acordo com sua finalidade: Informativos, imperativos, dialéticos, líricos/dramáticos, cômicos, nonsense, etc. (LAGE, 2005)

Para o autor, os textos informativos, na prosa moderna, se dividem em dois modelos, de acordo com sua estruturação: “O *expositivo*, nos relatórios, ensaios e na maioria das reportagens; e o narrativo, em relatos testemunhais, documentários, e na ficção, particularmente a cinematográfica” (LAGE, 2005, p.40).

Já Mario Erbolato traz quatro categorias de divisão do jornalismo, especificamente: *informativo*, *interpretativo*, *opinativo* e *diversional*. (ERBOLATO, 2002, p. 30).

Segundo ele, a categoria interpretativa é mais recente, e teria aparecido como uma espécie de respostas ao jornalismo feito no rádio e na televisão. “O recurso foi o de dar ao leitor reportagens que sejam *complemento* do que foi ouvido no rádio e na televisão (...) Dessa forma surgiu o chamado *jornalismo interpretativo*, também conhecido como *jornalismo em profundidade*, *jornalismo explicativo* ou *jornalismo motivacional*”. (ERBOLATO, 2002, p. 30, 31). Tal categoria possuiria as características de explicar as causas de um fato, localizá-lo no contexto social ou histórico e trazer suas consequências.

De forma geral o jornalismo pode ser enquadrado em duas divisões, que dizem respeito ao caráter dos conteúdos: *informativo*, preocupado em relatar e descrever os fatos dentro das possibilidades da objetividade humana e o *opinativo*, encarregado de fazer a análise e o comentário desse mesmo acontecimento.

Considerando tudo isso, Erbolato propõe três aspectos que fazem parte do processo de divulgação de um fato, como níveis de diferentes possibilidades de apreensão : *informação, interpretação e opinião*.

Lester Markel, editor dominical de *The New York Times*, mostrou que a interpretação das notícias pode ser feita sem qualquer prejuízo e citou alguns exemplos: 1º) É *notícia informar* que o Kremlin está lançando uma ofensiva de paz. 2º) É *interpretação explicar* por que o Kremlin tomou essa atitude. 3º) É *opinião dizer* que qualquer proposta russa deve ser rechaçada sem maiores considerações.(ERBOLATO, 2002, p. 34).

É pela sua proposta final que diferenciam-se notícia de reportagem. Nesta, o imediatismo não é tão importante como naquela, e sua abrangência é muito maior. Como afirma Nilson Lage, “A intensidade, profundidade e autonomia do jornalista no processo de construção da matéria são, por definição, maiores na reportagem do que na notícia” (LAGE, 2005, p.139).

Tem-se também a definição de Jornalismo de Precisão:

Trata-se de agregar tecnologia no processo de produção intelectual da reportagem.; da utilização de processos estatísticos, tabelas ou bancos de dados que podem oferecer diretamente a informação jornalística ou ser o ponto de partida para o desenvolvimento de formas convencionais de apuração, como a entrevista e a consulta a textos.” (LAGE, 2005, p.146).

Pela grande quantidade de dados e informações, a grande reportagem demanda um considerável esforço intelectual - o que torna imprescindível a existência da pauta. Muito mais do que apenas orientar o trabalho da reportagem, a pauta é o instrumento que vai possibilitar a profundidade da matéria, que vai trazer a contextualização, as diferentes referências, opiniões e “lados” - a presença do contraditório, indispensável na reportagem informativa, ou a construção de um ponto de vista, no caso da opinativa.

E é através da pauta que se traz clareza na compreensão dos elementos da notícia (quem, o que, quando, como, onde e por que) e se ambienta a reportagem. Enfim, a insere no mundo real.

Na prática, a diferença entre notícia e reportagem começa pela pauta. Pautas de reportagem são mais completas: reúnem as informações disponíveis sobre o tema ou evento e sugestões de tratamento

editorial; fornecem sugestões quanto à sua abordagem e prevêm até custos e prazos de produção (LAGE, 2005, p.140).

Como diz Nilson Lage, “qualquer reportagem factual contém uma interpretação, e toda reportagem interpretativa - incluídas entrevistas e perfis - apoia-se, por definição, em fatos, ou não se trata de reportagem.” (LAGE, 2005, p.145). Tal afirmação pode gerar estranheza, pelo teor que essa “interpretação” pode causar. Entretanto, ela deve ser mediada, afinal, “não se pode admitir que todo o mundo, dentro da imprensa, tenha automaticamente o direito de interpretar a seu modo as notícias, simplesmente alegando ser jornalista.” (ERBOLATO, 2002, p.35).

Ou, como afirma Edvaldo Pereira Lima, o jornalismo interpretativo busca prover sua audiência de meios para compreender o seu tempo, as causas e origens dos fenômenos e suas consequências no futuro. (LIMA, 2009, p. 19).

### **4.3 O livro-reportagem**

Especificamente sobre o formato ‘livro reportagem’, escreve Muniz Sodré que ele “pode ser a simples compilação de textos já publicados em jornal (que mantenham uma organicidade temática ou narrativa) ou o trabalho feito para livro, mas concebido e realizado em termos jornalísticos”. (SODRÉ, 94).

Não apenas pela extensão e tamanho do trabalho, mas também pela profundidade do conteúdo, o livro-reportagem requer o uso do estilo literário na sua construção linguística, a fim de descrever com maior eficácia possível o que se passa. Não se deve garantir apenas o fomento à visão crítica do leitor, mas também sua sensibilização, de modo que ele entenda mais coerentemente o que se está reportando.

Daí a descrição desempenhar uma função fundamental no livro-reportagem, pois, além de garantir a verossimilhança responsável pela coerência interna do texto e, conseqüentemente, pela sua aceitação por parte do leitor, confere-lhe a leveza textual que o difere do texto árido da notícia (SANTOS; OLIVEIRA, 2004, p. 9).

Edvaldo Pereira Lima define o livro-reportagem como um veículo de comunicação jornalística não periódica, capaz de ampliar o trabalho da imprensa cotidiana e de penetrar em campos desprezados ou superficialmente tratados por veículos da imprensa. Tem a função informativa e orientativa que aproveita-se dos



vazios deixados pela imprensa, ampliando a compreensão da realidade pelo leitor (LIMA, 1998, p. 7).

Por conta dessa especificidade que vai além do jornalismo cotidiano, o livro-reportagem pode fugir de condicionantes que ‘amarram’ o jornalismo convencional, fato que o permite não cair na simplificação da realidade. Como afirma Pereira Lima, essa simplificação se dá de duas maneiras. A primeira é a fórmula do *lead* - a construção da mensagem através das perguntas básicas do jornalismo: o que, quem, quando, como, onde e por que. Outra forma de simplificação é quanto à legitimação de determinadas fontes - como figuras públicas, especialistas, o que reduz a certos grupos a verdade e o direito de se expressar sobre temas específicos. “No processo de redução ocorrem fenômenos obrigatoriamente depredadores de elementos importantes de cada acontecimento” (LIMA, 1998, p. 21).

Para a construção da narrativa, deve-se definir quem irá contá-la, ou seja, ela pode ser feita em primeira, segunda ou terceira pessoa.

Outro ponto fundamental é quanto à pesquisa e apuração, que já tem relevância no jornalismo cotidiano, mas reveste de importância maior no livro-reportagem:

A pesquisa e o documento são fontes primordiais nas abordagens investigativas e também na elaboração do livro-reportagem. Ao partir do pressuposto que o livro-reportagem trabalha com os procedimentos do jornalismo e trata de um fato ou fenômeno real, para construí-lo é necessário dispor de informações e subsídios concretos. (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 149).

Na esteira desse esforço de pesquisa, vem a busca por fontes, que também guarda diferenças quanto ao jornalismo do dia-a-dia.

O livro-reportagem necessita de um maior número de fontes na obtenção de dados e informações para tratar do tema. Além disso, ele permite usar mais livremente fontes inanimadas como livro, tese dissertação, letra de música, análise de um instituto de pesquisa entre outros. (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 150).

Ao se juntar esses dois tópicos, deve-se lembrar da humanização, para os dados não ficarem “estéreis” e “áridos” para o leitor.

Outro procedimento adotado no livro-reportagem é a humanização, ou seja, aproximar dados e informações do leitor, fazendo o movimento de deslocamento de algo universal para o âmbito particular ou pessoal, ou do abstrato para o concreto. Nesse sentido, as fontes sejam oficiais ou não, ou oficiosas aparecem como personagens e podem receber tratamento isonômico não hierárquico. (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 150).

#### **4.4 Quadro de Referência das técnicas jornalísticas empregadas**

Para a elaboração do livro-reportagem foram empregadas diversas técnicas jornalísticas, dentro de cada etapa de produção.

Na etapa de pesquisa foram levantados dados sobre os temas trabalhados, principalmente através do computador com acesso à internet. Sites institucionais, como da Prefeitura de Bauru e do IBGE, por exemplo, foram fundamentais. Textos acadêmicos e trabalhos de pesquisadores também foram muito necessários. Os dados deviam ser analisados e interpretados para seu melhor uso.

A seguir veio o trabalho de entrevista com as fontes, que se deram de duas formas: presenciais ou via email/whatsapp.

A redação do texto seguiu o esqueleto de estrutura de reportagem apresentado na pauta e os encaminhamentos que as entrevistas proporcionaram. O livro-reportagem segue o gênero e estilo do jornalismo opinativo, e está em terceira pessoa.

A edição do material se guiou pela proposta de ser um conteúdo explicativo e de fácil e simples compreensão. Para tanto foram usadas as notas de rodapé com links curtos que direcionam para os temas apontados, além das notas explicativas no final do livro. A própria diagramação também se deu nesse sentido, com a elaboração das “caixas de texto” com as contextualizações necessárias.

### **5. PLANEJAMENTO DO PRODUTO JORNALÍSTICO**

O produto tem como público-alvo a *sociedade civil organizada*, um conceito que na acepção de Antonio Gramsci “não pode ser utilizado de forma idealizada e

deslocada das relações sociais de produção e, por via de consequência, do modo de atuação do Estado-coerção” (FELISMINO; OLIVEIRA, 2005).

Tem seu público e seu destino na esfera pública do debate político. O público-alvo, portanto, é aquele que já tem uma noção prévia dos conceitos e noções trabalhados no livro, mas não requer profundidade e amplo domínio desses conhecimentos, uma vez que a proposta é ser um material introdutório e explicativo.

Penso que movimentos sociais, ativistas políticos, estudantes e trabalhadores interessados ou envolvidos pela temática podem se apropriar do conhecimento presente nesta reportagem.

O nome do livro, “Cidade Quebrada: terra dividida, espaço comum” também faz referência com o livro-reportagem “Cidade Partida”, do jornalista Zuenir Ventura, que faz um retrato da violência e das desigualdades na cidade do Rio de Janeiro.

Cada exemplar tem um custo de R\$ 50,00 para sua elaboração, que envolveu a impressão das páginas do miolo em preto e branco, intercaladas com as páginas coloridas com as fotos. Além disso, a capa em papel diferente (*couché*), também colorido, e a própria encadernação contribuíram para aumentar seu custo.

Para implementar o livro num cenário economicamente viável considero necessária a busca por algum patrocinador, que entraria com parte ou com a totalidade do preço de custo, possibilitando maiores tiragens. O patrocinador poderia ter a circulação de sua marca impressa na contracapa do livro, como apoio, e mencionado também na parte interna. No entanto, meu objetivo não é comercializar a obra. Se for atingida essa viabilidade econômica para sua produção pretendo distribuí-lo nas bibliotecas municipais e para grupos de interesse na temática.

### **5.1 Metodologia de Execução**

O livro, como já dito, desenvolve-se por três eixos: a desigualdade, a urbanização e a resistência, somados a um capítulo introdutório no início e um capítulo de considerações finais. Eles foram sendo escritos seguindo essa ordem lógica dos temas, e cada capítulo tem intertítulos ao longo das reportagens.

Na atribuição das fontes, alguns casos utilizei o sobrenome da pessoa, noutros o próprio nome. Por exemplo, após a primeira citação, me refiro à Andrea Ferreguti (uma das entrevistadas) simplesmente como Andrea. Já casos como de Raquel Rolnik utilizei só o Rolnik. Isso tem duas razões. Uma é pelo tamanho da presença de cada um na reportagem. Andrea aparece muito menos que Rolnik, e muita mais “concentrada” numa parte do livro. Penso que essa maior proximidade e menor participação possibilita o tratamento com o nome, que pode fixar melhor para o leitor. Outro fator é que traz uma sensação de proximidade. A grande maioria das fontes são tratadas com o nome, à exceção dos pesquisadores entrevistados.

Ao longo das páginas existem dois tipos de notas: as notas numeradas e as notas de rodapé. Deixei para o rodapé apenas as notas mais pontuais - aquelas que não trazem muita informação ou que complementam uma informação que já foi dada na página. Por exemplo, logo na página 7 vem uma nota de rodapé que remete aos temas que foram trabalhados acima, e indica um link curto para a pessoa pesquisar mais e se aprofundar, se houver o interesse. Essa proposta também vai ao encontro de ser um trabalho explicativo e didático, no qual o leitor pode se informar e conseguir indicação de leituras mais aprofundadas.

Outro caso de nota de rodapé está na página 31, em que existe o complemento da definição de “trabalho decente”, utilizado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Já as notas numeradas referem-se a autores importantes presentes no livro, como teóricos, vultos históricos, pensadores, e a temas mais complexos que merecem uma explicação melhor. São separados pelos capítulos, ou seja, a contagem se inicia a cada capítulo. Essas notas têm uma parte especial, no final do livro. Cada nome também conta com um link curto para aprofundamento do conhecimento por parte do leitor.

No livro não consta a bibliografia usada, pois seria muito extensa - tendo em vista a quantidade de material pesquisado, e porque acredito que não haveria essa necessidade, principalmente em se tratando de um livro-reportagem. A bibliografia apresentada no final deste documento reúne as fontes consultadas para execução

do livro e deste relatório. As notas de rodapé e as notas do final cumprem esse papel de referenciar o leitor e de demonstrar o material pesquisado por mim.

### **5.1.1 Descrição das atividades empregadas - histórico**

Comecei a fomentar a ideia do TCC ainda no primeiro semestre, com algumas conversas com professores e pesquisas preliminares. Nessa fase o primeiro avanço foi a confirmação da orientação, com o professor Juarez Xavier. No entanto, o movimento de greve que se formou na Unesp a partir de 1º de junho com os professores, e de 2 de junho com os estudantes, me fez alterar completamente o foco das atividades. Como trabalhava na parte da manhã, e durante a tarde me dedicava à greve, não tive tempo de me aprofundar muito mais no projeto de TCC.

Em fins de setembro voltaram as aulas e, por consequência, o planejamento do TCC. Nesse momento ainda estava com a ideia de produzir alguma coisa teórica - uma monografia, sobre as teorias do jornalismo, sobre sua função na sociedade e sobre a importância que as pessoas davam à ele. Gradualmente, junto com as conversas com o orientador, fui desenvolvendo melhor a proposta. Já descartei a produção de monografia e entendi que seria um livro-reportagem. A partir da leitura de dois autores seminais indicados pelo orientador - Jessé Souza e Raquel Rolnik, começou a tomar forma o projeto da reportagem.

Considerei que, se estava querendo discutir a “função” e a “relevância” que o jornalismo tem na sociedade, nada mais útil do que materializar esse papel na prática, ou seja, demonstrar a importância do jornalismo através do próprio jornalismo, no caso um livro-reportagem.

Tendo complementado o embasamento teórico da reportagem com a leitura de David Harvey, passei a contextualizar os fatos e a ordená-los de um modo coeso e de fácil compreensão. Aí é que entrou a construção da pauta. Ela seguiu o modelo das aulas de Jornalismo Especializado, do professor Juarez. Contém um resumo informativo do tema, fontes, proposição (hipótese), foco, enfoque (com a contextualização - macroambiente, microambiente, ambiente e nanoambiente) e a descrição da reportagem, com a sistematização de toda a informação num “esqueleto” que contenha a sua estrutura.

A partir da elaboração da pauta e da sistematização da informação, foi possível tanto vislumbrar com maior atenção o tema tratado, como também compreendê-lo melhor. Resolvi separar os dados por temas: um eixo de Desigualdade, um eixo de Moradia e um eixo sobre a Resistência. A pauta foi consolidada no início de dezembro de 2016.

Nesse ponto, ainda em dezembro, iniciei a sondagem das fontes propostas na pauta. As entrevistas foram gravadas em áudio para facilitar a posterior transcrição. Os meses de dezembro e janeiro foram dedicados às entrevistas. Os contatos foram feitos por telefone ou email, quando era o caso de instituições. No caso de professores da cidade conversei pessoalmente ou via whatsapp. Nesse ponto uma coincidência colaborou, pois a Fernanda Corghi, que dá aula em Minas Gerais, estaria em Bauru no início de janeiro para uma palestra. Aproveitei o momento para entrevistá-la.

Para absolutamente todas as entrevistas eu utilizei minha bicicleta para me locomover. Esse era um desafio na verdade, pois a temática, obviamente, exigia uma presença constante na periferia da cidade, seja na questão da desigualdade mas, principalmente, pela temática da moradia. Passei pela Vila Dutra, Santa Cândida, Jardim Mary, Parque Viaduto, Bauru XVI, região da Nações Norte, Jardim Europa, Bela Vista. Com o tema da reportagem seria possível e desejável abranger outras localidades, mas não dispunha de tempo. Aqui eu faço um parêntese. Esse trabalho não teria “saído” sem a bicicleta. Não só pela sua praticidade e rapidez, muito diferente dos ônibus da cidade. Mas pelo fato dela ser muito útil em alguns casos. Por exemplo, para entrevistas em que se faz necessário uma aproximação maior com a fonte, a fim de gerar um diálogo interessante e de fazê-la “se abrir” com naturalidade, a bicicleta colaborou. Muitas vezes eu chegava debaixo de sol forte, suado e cansado, e a pessoa que eu entrevistaria via a situação, oferecia um copo d’água, já comentava do calor e a conversa fluía. Foi interessante como que se “quebrou o gelo” com mais tranquilidade.

As entrevistas foram feitas até o final de janeiro. Ainda no final desse mês comecei a redação do texto. Essa etapa demandou muita pesquisa, principalmente para o levantamento dos dados e informações paralelas - àquelas informações que

não fazem parte dos temas centrais, mas são importantes para contextualização e para dar suporte à narrativa.

Já no início de fevereiro comecei a formular as primeiras impressões sobre o projeto gráfico. Entretanto, pelo tempo escasso e por estar trabalhando sozinho, em um momento estava desempenhando atividades correspondentes às várias etapas: concomitantemente fazia uma entrevista e escrevia uma parte do texto, e no mesmo dia tratava alguma foto e esboçava a diagramação.

Terminado a redação do livro, dia 04 de fevereiro, fiquei dois dias sem fazer mais nada, para dar uma “depurada” na cabeça e poder fazer uma revisão mais cautelosa. Após a releitura, parti para a diagramação. Já tinha certa experiência com essa prática, tanto pelas disciplinas da grade curricular como por diferentes projetos desenvolvidos ao longo dos últimos anos. O processo criativo da diagramação não demonstrou dificuldades, apesar de ser trabalhoso, muito devido à quantidade de caracteres do livro: mais de 200.000.

Estabelecido o projeto gráfico baseado na referência já citada anteriormente, foi só aplicá-lo e fazer as adequações necessárias. Terminei a diagramação no dia 09/02.

Eu já tinha feito uma sondagem de gráficas na cidade. Na Bela Vista, encontrei a “Batt Gráfica” e a “Encadernação Manzano”. Ambas foram infrutíferas. A primeira por ser uma gráfica *offset*, encareceria o preço de poucos exemplares, não sendo viável. O Manzano faz encadernação de monografias e TCCs, porém não imprime o miolo nem é possível fazer uma arte na capa. A partir daí procurei “Dagra serviços gráficos”, na Rua Almeida Brandão. Ali as impressões são digitais, então não há problemas em fazer poucos exemplares. No entanto, o custo se mostrou muito elevado: o miolo colorido com capa e encadernação sai por R\$137,00 a unidade. Em vista disso optei pela gráfica rápida “Impricolor”, localizada na quadra 10 da av. Duque de Caxias. Ali todo o processo de impressão e encadernação, como já mencionado, custou R\$ 50,00 a unidade. Levei o arquivo PDF na sexta, 10/02 e peguei o material pronto na segunda, 13/02.

### **5.1.2 Descrição do produto final**

O produto é um livro-reportagem no formato A5 (148 × 210mm, metade de uma folha A4). A capa está impressa em papel *Couché*, 250g/m<sup>2</sup>, papel liso e uniforme, ideal para impressões, que possibilita um destaque à arte. O miolo é em papel sulfite *office*, gramatura padrão de 75g/m<sup>2</sup>.

Possui 106 páginas, distribuídas em folhas de apresentação, Introdução, Ficha Técnica, quatro partes de reportagem e as Notas. Antes de cada página há uma página colorida com fotos que ilustram o tema abordado.

O livro traz um vislumbre da discrepante realidade social da cidade. Se por um lado, a economia cresce - Bauru figura como o 21º maior PIB do estado de São Paulo, demonstrando uma taxa de crescimento superior à média verificada no estado, de acordo com o IBGE - por outro esse crescimento não é homogêneo e permanece concentrado - segundo dados de outubro de 2016 do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 104.490 pessoas estavam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, do Governo Federal. Trata-se de uma plataforma que reúne informações socioeconômicas da população de baixa renda e que serve de “porta de entrada” para os diferentes programas assistenciais, nas esferas municipal, estadual e federal.

Tal realidade trouxe a necessidade de contextualizar as desigualdades socioeconômicas visíveis na realidade da cidade. Para isso, o livro traz a questão do nível macro até o micro, ou seja, partindo da conjuntura internacional, para a situação do Brasil, e finalmente da própria cidade. Como maneira de propiciar uma compreensão mais ampla e sistêmica da sociedade, no início há também a explicação das mudanças nos padrões de acumulação do capital, a partir da abordagem de David Harvey e da Acumulação Flexível.

Voltando-se para a cidade, é feita uma análise da proteção social que Bauru dispõe, seja com as diversas entidades que atuam nesse setor, seja com o Poder Público. Lembrando que esse foi um esforço introdutório no tema, não se colocando como um material definitivo ou altamente especializado. O livro também traz uma discussão à luz de diferentes interpretações sobre a vulnerabilidade social e sobre a população de baixa renda e em situação de rua.



Na temática da urbanização e do direito à cidade e à moradia adequada o esforço foi o mesmo. Partiu-se de aspectos gerais, como a industrialização das cidades, a formação da cidade moderna e a privatização dos espaços até os processos de financeirização do espaço urbano e da moradia. Como forma de materializar essa teoria e ilustrá-la com algo concreto foi apresentada uma explicação da crise imobiliária-financeira de 2008, com base nos relatórios produzidos pela urbanista brasileira Raquel Rolnik, que ocupou a função de relatora especial da ONU para moradia adequada.

A partir daí se dá a introdução nos temas específicos da especulação imobiliária, como a periferização e favelização das cidades, a degradação do espaço urbano, gentrificação, vazios urbanos. Com base em entrevistas e pesquisas, o livro conta com uma análise do programa Minha Casa Minha Vida em Bauru, como foco no Residencial Três Américas II. Com suporte conceitual de urbanistas, é feita uma descrição dos problemas envolvendo os empreendimentos de moradia social.

A parte da resistência buscou justamente trazer alguns exemplos de pessoas ou grupos que atuam politicamente na cidade, colocando suas ideias e sua visão de mundo na esfera pública e se articulando pela defesa e reivindicação de direitos. É o caso, por exemplo, dos movimentos sociais de luta por moradia e por terra, como o MSL (Movimento Social de Luta) e a FNL (Força Nacional de Lutas). Os dois grupos coordenam uma série de assentamentos e acampamentos espalhados pela periferia da cidade. O livro traz entrevistas com uma ocupação de cada movimento. Dentro desse tópico é abordado também a presença da mídia radical alternativa e do uso da tecnologia para a organização e movimentação política.

Após o desenvolvimento destes três eixos, o encerramento se dá com uma análise reflexiva acerca das questões levantadas, com base na relação Estado x Mercado, a partir de falas dos entrevistados das reportagens e outros dados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui apresentada vai no sentido de contribuir com um conteúdo seriamente trabalhado, levando-se em conta não apenas toda a teoria que sustenta o jornalismo, mas também suas técnicas de reportagem, explorando seu estilo, estrutura narrativa e sistema de codificação.

Baseado na proposta de jornalismo especializado, ou jornalismo de precisão, o livro-reportagem traz ampla documentação, dados comprobatórios e entrevistas. Esse foi o trabalho mais extenso que eu já desempenhei, tanto pela preparação necessária como pela dimensão das atividades. Sem dúvida foi um avanço intelectual no sentido de se aproximar de algumas práticas do jornalismo.

Acima de tudo, a ideia inicial e o processo de elaboração do livro girou em torno da cidade de Bauru. Aqui, diversos grupos ou coletivos enfrentam um problema lamentável com relação aos estudantes de jornalismo da Unesp.

Ávidos por conseguir fontes para seus “trabalhos” das disciplinas, muitos estudantes tomam atitudes deploráveis com relação a suas fontes. Abordagens pedantes e distanciadas, um modo “vampiresco” de sugar das pessoas as informações necessárias e, depois, não oferecer o menor respaldo, nenhum retorno e ainda pensar que “cumpru seu papel” enquanto jornalista, pois “deu voz” a quem precisava.

A Unesp enquanto instituição pública de ensino e única escola pública de jornalismo do interior do estado de São Paulo precisa rever sua função dentro da cidade de Bauru. Penso que esse curso não pode mais continuar sendo a enganação que é e tendo a irrelevância que tem para Bauru. Acredito que este trabalho possa ser um retorno, por menor que seja, do investimento público que aqui é feito.

Acredito também que o trabalho, feito com rigor metodológico que o jornalismo prega e buscando trazer essa abordagem diferente com as pessoas, pode vir a contribuir com um entendimento mais aprofundado a respeito da

realidade à nossa volta. Como jornalistas, não escrevemos para nós ou para outros jornalistas, mas para as pessoas, para a população.

Especialmente no tema abordado - as desigualdades e contradições da sociedade bauruense - o trabalho de reportagem faz-se extremamente necessário para muito além da crítica social que, fatalmente, trará. É um tema urgente. Quantos de nós, que estamos na universidade, temos a menor noção do que se desenrola na cidade? Ou mesmo de termos a consciência da enorme desigualdade e discrepância entre a cidade bonita, arrumada e limpa (“iluminada”) e a cidade à margem, esquecida, precária (“opaca”)? O interessante - e importante - é também ir além dessa análise, e verificar as idiosincrasias do espaço social, verificar as relações que essas duas realidades guardam, a mobilidade e a convivência (tácita, harmônica ou conflituosa) que mantêm entre si.

A questão aqui também é estar na rua, habitat do jornalista. É na rua que a realidade se desenrola e aí estando diminui-se as chances de cometer imprecisões, preconceitos, generalizações, suposições. Tenho percebido um substancial esquecimento da rua por parte dos estudantes da Unesp.

Inclusive gostaria aqui de fazer uma sugestão ao Departamento de Comunicação Social da Unesp (DCSO), em investir em bicicletas para seus alunos. Uma bicicleta simples, *MOUNTAIN-BIKE ARO 26*”, não passa de R\$ 700,00. Assim como o departamento possui Câmeras fotográficas e as empresta aos alunos, acredito que as bicicletas também possam ser deixadas para uso coletivo. Isso expandiria significativamente o alcance e a mobilidade das pessoas dentro da cidade, podendo ir além do polígono “Duque-Nações-Rodrigues-Getúlio”.

Tendo em vista o discurso comprometido da mídia hegemônica-empresarial, com sua postura que defende a classe a qual pertence - a classe burguesa - e que, apesar disso, transmite a imagem de “transparência” e “isenção”, temos um papel ético fundamental em explicitar esse mecanismo, oferecendo enfoques alternativos àqueles usualmente utilizados.

Com as novas possibilidades que a internet trouxe para construir narrativas, disseminar conhecimento, politizar as pessoas e articular grupos, o jornalismo sério,

bem apurado, documentado e embasado nas teorias que o formam reveste-se de uma importância social central: a criação e o desenvolvimento do sentido de cidadania, a pluralidade de vozes, posições e representações, o fomento ao senso crítico e à autonomia de pensamento e, finalmente, a atualidade que mantém na construção da esfera pública e na participação política, tendo em vista possibilidades reais de mudanças sociais e de transformação da realidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a cidade e o Urbano em Henry Léfèbvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012.

BAURU. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo**. Disponível em: <<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/planodiretor/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do MCMV**. Brasília, 2010b. 132p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **O Estatuto da Cidade Comentado**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Diagnóstico Socioterritorial**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/>>. Acesso em: out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único BAURU (SP)**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/>>. Acesso em: dez. 2016.

CAVALLI, Patrícia Wittenberg. **Entrevista com John Downing**. Porto Alegre: Revista FAMECOS, n. 38, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder: Uma análise da Mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORGHI, Fernanda Nascimento. **Urbanização e segregação sócio-espacial em Bauru(SP)**: Um estudo de caso sobre a Bacia hidrográfica do Córrego da Água Comprida. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2008.

DAVIS, Mike. **Planeta de Favelas**. New Left Review, 2004.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015**: Indicadores da Agenda de Trabalho Decente: livro 7. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**: Redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2002.

FELISMINO, Sandra Cordeiro; OLIVEIRA, Thiago Chagas. **Conceito Gramsciano de Sociedade Civil**: Usos e Abusos na Educação. In: V Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifor, 2005, Fortaleza. Conceito Gramsciano de Sociedade Civil: Usos e Abusos na Educação, 2005.

FONTES, Maria Solange Gurgel de Castro; GHIRARDELLO, Nilson. **Olhares sobre Bauru**. Bauru: Canal 6, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GANDOUR, Ricardo. **Um Novo Ecossistema Informativo**: como a fragmentação digital está moldando a forma pela qual produzimos e consumimos notícias. Nova York: Columbia University, 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GONÇALVES, Nélon. **O custo da miséria social e um canto para morar**. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Geral/2016/09/o-custo-da-miseria-social-e-um-canto-para-morar.html>> Acesso em: jan. 2017.

GUERREIRO NETO, Guilherme Imbiriba. **O Discurso de Legitimação do Jornalismo**: A Instituição Inscrita nos Editoriais. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/22/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: jan. 2017.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/08/15/david-harvey-os-limites-do-capital/>> Acesso em: dez. 2016.

JARDIM, Antonio de Ponte; OLIVEIRA, Otair Fernandes de. **Globalização, Neoliberalismo e Estado-Nação**: Reflexões Analíticas. Perspectiva Sociológica: Ano 2, nº 3, 2009.

KARAM, Francisco José Castilhos. **20 anos de O Segredo da Pirâmide**. Florianópolis: UFSC, 2007.

KOVACH; Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAPYDA, Ilan. **A “Financeirização” no capitalismo contemporâneo**: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo**: A Saga dos Cães Perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada.** Carta Maior, 2009. Disponível em <<http://cartamaior.com.br>>. Acesso em: jan. 2017.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Profissão Jornalista: responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?.** Florianópolis: UFSC, 1997.

MEYER, Philip. O Jornalismo que Precisamos, *in* MEYER, Philip. **The New Precision Journalism.** Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** Pelotas: Sociedade em Debate, 2011.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização.** Revista Geográfica Venezuelana, 2012.

MORUS, Thomas. **A Utopia.** Trad. Luís de Andrade. São Paulo: Escala.

OLIVEIRA, Felipe de; HENN, Ronaldo. **Jornalismo, Redes Sociais e Movimentos de Ocupação Global: crise sistêmica na semiosfera contemporânea.** In: Brazilian Journalism Research, vol. 10, n. 1, 2014.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do Jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRS, 2016.

RIBEIRO, Marcos Abraão. **Modernização periférica e desigualdade social: disputas no Pensamento Social Brasileiro.** Ciências Sociais Unisinos 50(2):108-116, 2014.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. **O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 10, 2012, Curitiba.

ROLNIK, Raquel. **Relatório da Relatora Especial para a moradia adequada como componente do direito a condições de vida adequadas, e para o direito à**

**não-discriminação neste contexto, Raquel Rolnik.** Conselho de Direitos Humanos, ONU, 2009.

ROMAGNOLI, Alexandre. **O programa “minha casa, minha vida”:** continuidades, inovações e retrocessos. Temas de Administração Pública: Edição Especial, v. 4 , n. 7, 2012.

SANTOS, Daniella de Almeida; OLIVEIRA, Eliane Freire. **A (des)caracterização do livro-reportagem em projetos experimentais de Jornalismo.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SILVA, Rafael Souza, **Diagramação:** o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente, *in* SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia. Perspectivas Luso-Brasileiras.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira:** Quem é e como vive. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009

XAIDES, José. **Metodologia Participativa:** Recomendações para as ações de planejamento e gestão urbana nas cidades de São Paulo. São Paulo: CAU/SP

## 8. APÊNDICES E ANEXOS

### 8.1 Pauta

#### **Pauta - Terra dividida, espaço comum**

##### **1) Resumo informativo**

A experiência urbana moderna é *antidemocrática* e resultado da crise de acumulação do capital. Num mundo em que impera o processo de globalização, as forças do mercado



ditam não apenas os rumos da economia, mas também - e por consequência disso - o modo como são construídas sociabilidades e identidades na urbanização das cidades e no direito à apropriação de seu espaço.

Desde meados dos anos 1970 acontece no mundo um processo de *transformação* nos modelos tradicionais de acumulação do capital, motivados, segundo David Harvey, por um processo de *superacumulação* e pelas crises sistêmicas desse modo de produção. O estopim para a mudança foi a crise internacional do petróleo-1973. Como já vinha acontecendo progressivamente, dissolveu-se o modelo de produção do *fordismo* e, a partir de então, passou-se a um modelo de *Acumulação Flexível do Capital*, no qual os mercados de trabalho não são mais rígidos - privilegiam-se contratos temporários, a terceirização e a incorporação da força de trabalho imigrante, ao mesmo tempo em que a globalização faz abrir novos mercados para absorver o investimento de capital (via crescimento exponencial da urbanização). O avanço tecnológico também contribuiu para a compressão da experiência do espaço-tempo e a expansão da economia neoliberal atua na desregulamentação do mercado financeiro e na financeirização da economia. Essa passou a se chamar condição pós-moderna.

Tal processo legou ao século XXI, principalmente na periferia do capitalismo e no Sul Global, não apenas a manutenção mas a reprodução das desigualdades sociais e de renda. Com o rentismo e financeirização da economia, aumenta-se a concentração de renda, perpetuando-se as desigualdades (a taxa de retorno sobre o capital é maior que a taxa de crescimento da renda). Os critérios de igualdade social e liberdade individual - pressupostos básicos de qualquer democracia - não foram universalizados, e num mercado de trabalho altamente competitivo, o que resta para população à margem do sistema são os trabalhos não-qualificados e a invisibilidade social. Nesse conjunto está uma classe inteira de pessoas que estão abaixo dos princípios de dignidade e espoliadas dos seus direitos enquanto cidadãos. Para Jessé de Souza, essa classe compõe  $\frac{1}{3}$  da população brasileira, formada por pessoas não só miseráveis economicamente mas também sem as "pré-condições psico-sociais" para ganhar a vida no capitalismo competitivo.

Efeito colateral da *superacumulação* do capital é o crescimento exponencial das cidades no mundo. Processos predatórios, desiguais e autoritários de reurbanização, desapropriação e periferização tornam-se frequentes na sociedade atual, principalmente nos países em desenvolvimento - onde os marcos jurídicos não são claros e a jurisprudência não garante a segurança da posse. Juntamente com a especulação imobiliária e a gentrificação do território, esses fatores compõem o procedimento global de financeirização das cidades e dos direitos à *terra* e à *moradia* - a transformação de um direito humano num ativo negociável. A *crise imobiliária* americana de 2008 foi um episódio que demonstrou a inabilidade do Mercado em prover moradia adequada à população. Simultaneamente a isso, no Brasil, as Políticas de Habitação (MCMV) pautam-se pelo financiamento como principal meio de acesso à casa própria - o imóvel é produzido através de grandes construtoras/empreiteiras e acessado pelas pessoas via crédito. De acordo com Raquel Rolnik, relatora da ONU para Moradia Digna, a **realização plena do direito à moradia** não pode ser promovida exclusivamente com mecanismos

financeiros, mas **requer políticas de intervenção do Estado** e uma diversificação de medidas, para além do financiamento à casa própria.

Com isso, formam-se realidades distintas dentro de uma mesma cidade, numa relação que mostra as ligações estruturais entre riqueza e pobreza e como a cidade funciona a partir da conexão entre os grupos sociais privilegiados e os menos abastados.

Configuram-se dois subsistemas urbanos - os circuitos Inferior e Superior da economia urbana, como propõe Milton Santos. Enquanto existe a cidade “iluminada”, com largo uso de capitais e recursos diversos, ampla utilização de tecnologia e organização, existe também a cidade “opaca”, com atividades econômicas de menor escala, muitas com marcas da informalidade, com uma organização mais “fluída” e um uso criativo da tecnologia. Ambos sistemas relacionam-se dialeticamente, hierarquizam-se e concorrem entre si, pois ocupam o mesmo espaço - a cidade.

Em resistência a este cenário, eclodem ao redor do globo grupos e movimentos sociais de reivindicação de direitos. São pressões por Políticas Públicas inclusivas e pelo direito à cidade. É a apropriação criativa da tecnologia e dos métodos *alternativos* de expressão e comunicação. Grupos artísticos e culturais que buscam articulação política para reivindicar suas demandas, para resistir e para mobilizar a juventude. Em suma, são novas maneiras de se relacionar e de significar o mundo e a sociedade à nossa volta.

### **Realidade local**

Os contrastes vistos no Brasil também existem em Bauru. Aqui se encontra uma discrepante realidade social, e a cidade que possui o 21º maior PIB do Estado de São Paulo tem ao mesmo tempo mais de 100 mil pessoas - quase um  $\frac{1}{3}$  de sua população - em situação de baixa renda, dependendo diretamente de medidas assistencialistas do município, Estado ou da União para sobreviver. O mecanismo de reprodução da desigualdade social que ocorre no país, apresenta-se também em Bauru - de fato, a cidade reproduz a profunda desigualdade de distribuição de renda da sociedade brasileira: [1/5 da população mais pobre detém 9% da renda, enquanto o 1/5 mais rico se apropria de 42%](#). As diferenças estruturais de cada realidade, não apenas diferenças de classe, apontam não só para um contingente inteiro de indivíduos desprovidos de capitais econômico e cultural, mas também privados de quaisquer pré-condições sociais, morais e culturais que permitam uma apropriação desses capitais ou de uma ascensão social através do seu trabalho.

Como consta no diagnóstico do seu Plano Diretor participativo, “Bauru, não diferentemente das outras cidades brasileiras, se urbanizou de forma muito rápida, visto que até a década de 40 a população urbana correspondia a 50% do total. Já na década de 50 passou para 80% e, segundo o censo de 2000, os valores chegaram a 98 %”

Também persiste aqui a lógica da financeirização da moradia e os problemas decorrentes da Política Habitacional do país. Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida são colocados em locais distantes do centro da cidade, com pouco acesso à infraestrutura e serviços básicos. Desrespeita-se sistematicamente as medidas do Estatuto das Cidades (2001, que atribuiu aos municípios a tarefa de definir a função social da cidade e da propriedade urbana) e do Plano Diretor do Município (2008). Este último constatou “claramente, nos diversos setores, a exclusão social devido a vários fatores, como a

*dificuldade de acesso à moradia, falta de creches, carência de atividades de lazer e cultura, deixando à margem da vida social, grande parte da população*”. O plano prevê as chamadas ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), para políticas habitacionais. Afastam-se as pessoas da cidade e negam-lhes o seu direito de ocupar tais espaços.

A cidade de Bauru, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, tem uma população de 343.937 habitantes, dos quais 98,33% das pessoas residentes em área urbana e 1,67% em área rural. Segundo dados do IBGE, compilados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 63,9%, entre 2006 e 2010, passando de R\$ 4,721 bilhões para R\$ 7,423 bilhões. Em 2012, o PIB foi de 8,430 bilhões de reais, o 21º maior do Estado de São Paulo. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 55,4%.

A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,59% para 0,60% no período de 2006 a 2010. Na economia municipal, 70,3% do PIB corresponde ao setor de serviços, seguido por 18,6% da indústria.

Do total de sua população, 58,6% tem carteira assinada, 12,9% não tem carteira assinada, 19,0% atuam por conta própria e 2,7% por conta de empregadores. Servidores públicos representavam 5,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,3% dos ocupados.

Na cidade, 102.737 pessoas estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda (aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa). O número equivale a 41.844 famílias, segundo dados de agosto de 2016 do Ministério do Desenvolvimento Social.

## **2) Fontes**

### **Desigualdade social:**

**Prefeitura de Bauru** - Prefeito eleito Clodoaldo Gazzetta (PSD)

**Secretaria Municipal do Bem-Estar Social** - José Carlos Augusto Fernandes

Dr. [Arthur Monteiro Junior](#) - advogado trabalhista

Av. Rodrigues Alves, 84 - 8º andar, sala 805 - Centro - Bauru - 17015-002

E-mail: [monteiroarthur@uol.com.br](mailto:monteiroarthur@uol.com.br)

Plantão: segunda-feira, das 14h às 17h para o atendimento preferencial da categoria dos radialistas, mediante prévio agendamento pelo telefone celular: (14)9771-3565.

**Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS** - R. Alfredo Maia, Qd 1 S/N, Fone: (14) 3234-1642 / (14) 99768-9037. [cmas@bauru.sp.gov.br](mailto:cmas@bauru.sp.gov.br) - Helenir, secretária-executiva (14) 3214-4806

[CRESS](#) - Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - SECCIONAL DE BAURU  
R. Sete de Setembro, 12-73 – SL. 101. Fone/ Fax: 014 3234-4492. E-mail:  
bauru@cress-sp.org.br / Horário de atendimento: 12h – 18h

**Seccional de Bauru:** Coordenadora: Juliana Augusta Bosco – CRESS nº 30.929  
Secretária: Vanessa Isabella dos Santos Ramos – CRESS nº 41.858

[Conselho Pleno do CRESS-SP](#) - Diretoras Kelly Rodrigues Melatti, Diretora Estadual do CRESS-SP e Kátia Maria Deola, diretora da Seccional de São José dos Campos.

[Centro Espírita Amor e Caridade](#) - Rua 7 de Setembro, nº 8-30 - (14) 3366-3232 -  
[ceac@ceac.org.br](mailto:ceac@ceac.org.br)

*Albergue Noturno* - Rua Inconfidência, 7-18 - (14) 3222 4881

*Crianças em Ação* - Núcleo Jardim Ferraz - Rua Padre Donizete de Lima, 3-31  
Fone: 3236-6116

[Fundação Toledo](#) - 14 3234-1642 / 14 97400-2902 / [fundato@fundato.org.br](mailto:fundato@fundato.org.br)

**POC - Pequenos Obreiros de Curuçá:** Entidade social e cultural, fortalecimento de vínculos com crianças e adolescentes, aulas de música, lazer. Vila Dutra. (14) 3218-5740 / 3204-9339

Presidente do POC, Cristiane Belo Oliveira. Ana Paula Milek

[Centro de Referência da Assistência Social CRAS :](#)

*Cras Ferradura Mirim* - Endereço: Rua Maria José Silvério dos Santos, qd 02 s/nº - esquina c/ Av. Lucio Luciano, Núcleo Hab. Pastor Arlindo Lopes Viana. Telefone: 3231-3345 / 99151-8530 (Corporativo)

*Cras Santa Cândida* - Endereço: Rua Lázaro Cleto, 1-43, Santa Cândida. Telefone: 3218-0252

**Trabalhos de subsistência e informais:** catadores de recicláveis

**Benefícios Assistenciais do Estado:** Cadastro Único, Bolsa Família, etc

**Moradia:**

**Relação centro x periferia, distância dos serviços, do trabalho:** moradores

Estela Almagro, ex-vice prefeita, ex-coordenadora MCMV Bauru

**Urbanistas:** Nabil Bonduki - especialista em urbanização

[José Xaides](#) de Sampaio Alves - planejamento urbano - Estatuto das Cidades (2001), Plano Diretor do Município (2008). MCMV não foi para as ZEIS. Mobilidade, Lei de Zoneamento, EIV - [josexaides@faac.unesp.br](mailto:josexaides@faac.unesp.br) - [LATTES](#).

Arquiteta Maria Helena Carvalho Rigitano - coordenadora Grupo de Trabalho do Plano Diretor Participativo - [rigitano@faac.unesp.br](mailto:rigitano@faac.unesp.br)

Jesus Adriano dos Santos: ex-ferroviário, presidente da Federação das Associações de Moradores de Bauru. (14) 99718-7516

**Chico Maia:** ex-secretário Agricultura e Abastecimento SAGRA (política fundiária e agricultura familiar)

**INCRA Bauru:** Análise até 15 Módulos Fiscais - AVENIDA NUNO DE ASSIS, 1460 (14) 3214-4255

[RELAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS E SEUS RESPECTIVOS LOTES COM SITUAÇÕES DE IRREGULARES LEVANTADAS PRELIMINARMENTE](#)

**Plano Diretor do município** - ZEIS, CDRU e CUEM.

**Resistência:**

**Ocupações de terra e assentamentos:** acampamentos instalados em Bauru: Quinta da Bela Olinda, Distrito Industrial 4, Jardins Mary e Marabá, Baurulândia e Horto Aimorés.

**Movimento Social de Lutas (MSL)** - Márcio Rodrigues Alves de Oliveira, Líder do movimento

**Frente Nacional de Luta** - Ricardo Rodrigues, líder regional

**PDG Records:** gravadora e produtora independente de Rap, fomentador de cultura. Thiago NGO / Vila Seabra

Casa do Hip Hop

Araci - Cultura Indígena - Irineu N'jea (articulação política, trabalho de formação, educação)

Arte e Ativismo - Bruna Garcia (Zines, mídia radical)

Liberdade e Luta - Tauan (atos, manifestações, documentário)

### **3) Proposição (hipótese)**

A cidade de Bauru aplica e reitera, *nas mesmas proporções*, a lógica de reprodução da desigualdade social existente a nível nacional, como apontado em estudo de Jessé Souza (IPEA) e a Política Habitacional aplicada no município segue o modelo *antidemocrático* da financeirização da moradia.

O livro reportagem será dividido em quatro partes, seguindo uma linha de raciocínio que parte do geral → destrincha dois tópicos específicos → e faz uma análise reflexiva sobre o que foi posto:

- 1) DESIGUALDADE SOCIAL E DE RENDA
- 2) MORADIA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO
- 3) RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO
- 4) DESMONTE DO ESTADO E PRIORIZAÇÃO DO MERCADO

#### 4) Foco X Enfoque

**Foco:** Manutenção e reprodução das desigualdades sociais nos aspectos de renda/trabalho e moradia/direito à cidade.

**Enfoque:** Perspectiva a partir dos grupos sócio-acêntricos - cotidiano, trabalho, renda, consumo, moradia.

##### - *Macroambiente (distante)*

Contexto de *Acumulação Flexível do Capital* devido à crises sistêmicas de superacumulação. Globalização, precarização do trabalho, terceirização, expansão de indústrias para o “Terceiro Mundo”, crescimento exponencial da urbanização. Rentismo, financeirização da economia e acirramento da concentração de renda (taxa de retorno sobre o capital é maior que a taxa de crescimento da renda). Crise hipotecária/imobiliária americana de 2008, insuficiência do mercado prover moradia adequada a todos (*desregulamentação do sistema financeiro e falhas de políticas habitacionais*). Incapacidade do Estado de Bem Estar Social atender populações em crise (Espanha, Grécia, Itália, Portugal). Estagnação das economias “em desenvolvimento”.

##### - *Microambiente (aderência à reportagem)*

Elevada e histórica concentração de renda no Brasil, manutenção das desigualdades sociais. Política Habitacional tributária (vinculada ao mercado financeiro), moradia como objeto de negócio e ocupação dos espaços públicos a partir da lógica do lucro. Fim da “era PT” - reorientação do Estado brasileiro quanto às diretrizes econômicas e sociais (programa de concessões, privatizações, “PEC do teto”). Recessão brasileira - aumento dos índices de inflação, perda do poder de compra (enfraquecimento dos salários). Retrocesso na ascensão social das classes baixas ([em Bauru ao menos 722 famílias voltaram à condição de vulnerabilidade](#)). Maior necessidade em despender investimentos nas áreas sociais (benefícios assistenciais, seguro-desemprego, saúde pública, educação).

##### - *Ambiente (Reportagem, foco)*

A discrepante e desigual realidade social de Bauru no contexto de crise econômica. Debilitação do mercado de trabalho, fechamento de postos de emprego, desocupação de trabalhadores ou ocupação informal. A histórica divisão e segregação do espaço da cidade entre as diferentes classes (seu direito à cidade e aos equipamentos públicos, ao lazer e à cultura, aos locais de moradia digna e de trabalho). Moradia como um ativo negociável, política habitacional baseada nos interesses do mercado. Necessidade do Estado para medidas assistenciais e para garantir infra-estrutura básica e os direitos primordiais do cidadão.

- *Nanoambiente (idiosincrasias)*

Ineficiência na Rede de Proteção Social de Bauru (atende a todos? o serviço prestado é efetivo?). Qualificação para o mercado de trabalho competitivo (é possível competir?). Corte do Bolsa Família na cidade (atingiu quem realmente necessita do benefício?). Moradias de luxo ao lado de bairros de baixa renda (como se dá a divisão do espaço, oferta de serviços públicos?).

### 5) Descrição

Livro reportagem vai seguir o gênero opinativo para construção do texto - será proposta e defendida uma tese com base nos depoimentos e documentação.

#### **Estrutura da Reportagem:**

**(1) → Contexto geral, introdução, problematização das questões:** “Desigualdade social e de renda” - Contexto de acumulação de capital/rentismo/financeirização e crise imobiliária/desemprego, partindo do macro (internacional) até o micro (Bauru). *Panorama do acirramento das desigualdades após crise imobiliária de 2008 e concentração de renda*. Qualificação para o trabalho. Quem pode CONCORRER no mercado de trabalho competitivo? Impossibilidade de ascender socialmente com o trabalho de subsistência. TRABALHOS INFORMAIS, mal remunerados e precários. Cenário de pobreza estrutural na cidade (100 mil pessoas de baixa renda). O QUE SE ESPERA DO GOVERNO? Rede de proteção social do município - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS do Estado (não mudam a estrutura). Pessoas em situação de rua, centros e abrigos (POP, CEAC, CRAS). Invisibilidade perante a sociedade, a política e o mercado. Preconceito e estigma, dificuldade em *sair da vulnerabilidade*.

→ **Aprofundamento de tópicos específicos:** (2)“Moradia e habitação” e (3)“Resistência, tecnologia e criatividade”:

(2). Traduzir a escala das grandes dimensões mundializadas para o CONCRETO, para a GUERRA DOS LUGARES, para a vida COTIDIANA das pessoas, nas suas sociabilidades, identidades e relações. *Tratar do direito à moradia no contexto de financeirização das Políticas Habitacionais*. Processos de periferização causados tanto por desapropriações como pela especulação imobiliária/gentrificação. A QUEM PERTENCE A CIDADE? Quem pode efetivamente utilizar os equipamentos públicos? Relação centro x periferia, distância dos serviços, do trabalho. Política Habitacional brasileira - Tributária, vinculada ao MERCADO FINANCEIRO. Análise do programa Minha Casa Minha Vida em Bauru - (Quais são os empreendimentos, onde se localizam, quais os problemas, quem mora ali, o que acham da estrutura, do local dos condomínios). Contraponto com os condomínios de luxo. O direito à cidade e urbanização desigual. “Cidade murada”. Ocupações de terra e assentamentos na periferia de Bauru. Plano Diretor do município - estratégias, diretrizes para o crescimento urbano. Alternativas: diversificação da política de habitação, ZEIS, CDRU e CUEM.



(3). Existem vozes de resistência e reivindicação de direitos. COMO SE ARTICULAM no espaço da cidade os diferentes movimentos sociais? O uso da CULTURA em suas diversas linguagens (música, literatura, arte) para MOBILIZAR a juventude, para politização da sociedade e para fomento do DEBATE PÚBLICO.

Como se dá o uso e a APROPRIAÇÃO que é feita da tecnologia por esses grupos? DIREITO À INFORMAÇÃO (quem pode ter acesso à tecnologia e como ela chega às pessoas). Poder de DISSEMINAÇÃO e MOBILIZAÇÃO das Redes Sociais. Uso criativo da tecnologia, importância da [pirataria e falsificação](#), “gatos”, vazios da cobertura de internet na cidade. A ideia de “contar nossa própria história”. Mídia Radical (zines, lambes, graffitis, vídeos). Novas narrativas, discursos contra-hegemônicos, independentes e alternativos.

<http://www.revistaforum.com.br/blogdascidades/2011/07/25/henri-lefevre-inventor-do-direito-a-cidade/>

→ **Análise reflexiva sobre o que foi posto:** “Desmonte do Estado e priorização do Mercado” - O TRABALHO e a CRISE econômica - desemprego ou perda do poder de compra dos salários. Atuação PONTUAL do Estado no combate às desigualdades (não mexe com a Estrutura do problema). Mudanças no Estado brasileiro e como isso impacta a vida das pessoas: FLEXIBILIZAÇÃO das leis trabalhistas / PEC DO TETO - Consequências da OPÇÃO feita pelo Estado em transferir o peso do ajuste para os mais pobres. Consequências do ajuste econômico para os grupos mais vulneráveis da sociedade. Qual o PAPEL do Estado na visão das pessoas?

## 8.2 Capa

